



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
JÚLIO DE MESQUITA FILHO**

Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus Marília
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

RENAN HENRIQUE BAGGIO

**A NATUREZA TRIÁDICA DO SIGNIFICADO: UMA ANÁLISE
PRAGMATICISTA**

Marília
2016

RENAN HENRIQUE BAGGIO

**A NATUREZA TRIÁDICA DO SIGNIFICADO: UMA ANÁLISE
PRAGMATICISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) para Defesa de Mestrado na área de concentração em Filosofia da Mente, Epistemologia e Lógica.

Orientador: Dr. Lauro Frederico Barbosa da
Silveira

Marília
2016

Baggio, Renan Henrique.

B144n A natureza triádica do significado: uma análise
pragmaticista / Renan Henrique Baggio. – Marília, 2016.
83 f. ; 30 cm.

Orientador: Lauro Frederico Barbosa da Silveira.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade
Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016.

Bibliografia: f. 81-83

1. Pragmatismo. 2. Semiótica. 3. Peirce, Charles S.,
(Charles Sanders) - 1839-1914. 4. Significação (Filosofia).
I. Título.

CDD 149.94

RENAN HENRIQUE BAGGIO

**A NATUREZA TRIÁDICA DO SIGNIFICADO: UMA ANÁLISE
PRAGMATICISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Banca Examinadora:

Prof^o. Dr. Lauro Frederico Barbosa da Silveira (UNESP/Marília)
(Presidente e Orientador)

Prof^o. Dr. Ivo Assad Ibri (PUC/São Paulo)
(1o Examinador)

Prof^o. Jorge Luis Vargas Prudêncio de Barros Pires (Kroton
Educação)
(2o Examinador)

Prof^o Dr. Marcos Antonio Alves (Unesp/Marília)
(1° Suplente)

Prof^o. Dr. Edécio Gonçalvez de Souza (USP)
(2° Suplente)

Marília
2016

*Aos meus pais
Valdemir & Arlete,
dos quais eu carrego tanto*

e

*à minha noiva
Marcella,
minha maior motivação.*

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Lauro Frederico Barbosa da Silveira, não apenas pelas magníficas orientações e aulas que tive a oportunidade de presenciar, mas por todos os ensinamentos que nossos encontros me trouxeram. Levo comigo sua simplicidade e admiração diante da vida. Que nossa amizade e afeto sejam como hábitos cristalizados e prova maior do quão generosa a ação da Primeiridade pode ser. À ele, toda minha gratidão e carinho.

À todas as pessoas que tive a imensa felicidade de conhecer em Marília. Estas foram parte de um dos momentos mais significantes da minha formação não apenas acadêmica, mas, acima de tudo, humana. Às professoras Maria Eunice Quilici Gonzalez e Mariana Claudia Broens meus mais profundos agradecimentos, seus ensinamentos e pensamentos estarão sempre vivos em minha mente. À Amanda, Edilene, Fran, Josi, Paulo Martins e Paulo Uzai, ingressantes no mestrado em 2014, por tornarem as aulas e idas a Marília mais prazerosas. À Amanda e Edilene agradeço ainda pelas hospedagens sempre divertidas e regadas de cerveja, além da grande amizade que construímos. À todos os membros do GAEC pela receptividade e discussões levantadas ao longo desses dois anos e meio, sem dúvida, conteúdos de extrema importância para qualquer filósofo.

À Rose, diretora do Colégio Estadual Professor Joaquim Adrega de Moura no qual leciono, e todo o pessoal do colégio, pela compreensão diante das minhas ausências e prontidão sempre quando precisei. Tais ações conciliadoras entre trabalho e pesquisa foram fundamentais para o cumprimento dessas árduas tarefas.

À toda minha família que, de uma forma ou de outra, sempre me apoiou e incentivou. Principalmente, à Marcella, um dos meus pilares mais fortes. Sempre pronta a ouvir meus falatórios filosóficos e se aventurar por entre eles junto de mim. Ressalto ainda um agradecimento especial à Fer por ter corrigido a gramática dos capítulos que seguem com um olhar atento. É ao lado de vocês que encontro significado para felicidade.

Aos membros da banca, Ivo Assad Ibri e Jorge Luiz Vargas Prudêncio de Barros Pires, por terem aceitado o convite para participarem desta importante data, além das valiosas contribuições que trouxeram para a pesquisa.

Levarei um pouco de cada um comigo!

BAGGIO, Renan H. **A natureza triádica do Significado**: uma análise pragmaticista. 2016. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília. 2016.

RESUMO

Propomos no presente trabalho uma abordagem pragmaticista do conceito de Significado com base nos escritos deixados por Charles Sanders Peirce em seus *Collected Papers*. Tal abordagem tem como fundamento analisar o conceito de Significado através de uma perspectiva triádica, onde Significado (*meaning*) é entendido como o hábito no qual inserimos um signo para compreendê-lo, sua Significação (*signification*) como o conjunto de todas as qualidades apresentadas pelo signo e o Sentido (*sense*) como o vetor de interpretação do signo responsável pela razoabilidade em relacionar, diante do estado de coisas, os hábitos do intérprete às qualidades do signo a fim de interpretá-lo de maneira satisfatória. Para defendermos nossa proposta, abordamos, no primeiro capítulo, uma caracterização das categorias peircianas e o conceito de tríade no intuito de elucidar a arquitetura ontológica com a qual Peirce fundamenta seu pensamento. No segundo capítulo, esboçamos o conceito de signo e sua natureza triádica. Tal conceito é entendido por Peirce como o elemento mediador da ação diante do estado de coisas. No terceiro capítulo, apresentamos a formação triádica do conceito de significado que propomos nesta pesquisa, assim como a relação de sua construção com as categorias e o estímulo para a Abdução na ausência de Sentido. Por fim, no quarto capítulo, inserimos a tríade do significado em uma perspectiva exclusivamente linguística na qual relacionamos os conceitos de *meaning* e *signification* aos de denotação e conotação, que diante de uma perspectiva Lógica Formal, são responsáveis pela emergência de informação.

Palavras-chave: Significado. Abdução. Semiótica. Informação. Pragmaticismo.

BAGGIO, Renan H. **The triadic nature of Meaning**: a pragmaticist analysis. 2016. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília. 2016.

ABSTRACT

We propose in this paper a pragmaticist approach to the concept of Meaning based on the writings left by Charles Sanders Peirce in his Collected Papers. Such an approach has as foundation to analyze the concept of Meaning through a triadic perspective, where Meaning is understood as the habit in which we inserted a sign to understand it, its Signification as the set of all the qualities presented by the sign, and the Sense as the vector of interpretation of the sign responsible for reasonableness to relate, on the state of affairs, interpreter habits to the qualities of the sign in order to interpret it satisfactorily. To defend our proposal, we discuss in the first chapter, a characterization of Peirce's categories and the concept of triad in order to elucidate the ontological architecture with which Peirce bases his thought. In the second chapter, we outline the concept of sign and its triadic nature. Such a concept is understood by Peirce as the mediating element of the action on the state of affairs. In the third chapter, we present the triadic formation of the concept of meaning that we propose in this research, as well as the relationship of its construction with the categories and the stimulus for abduction in the absence of sense. Lastly, in the fourth chapter, we enter the triad of meaning in a purely linguistic perspective in which relate the concepts of meaning and signification to the denotation and connotation, that before a formal logic perspective, are responsible for the emergency of information.

Keywords: Meaning. Abduction. Semiotics. Information. Pragmaticism.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO I - AS CATEGORIAS PEIRCIANAS E AS RELAÇÕES TRIÁDICAS | 17 |
| Apresentação | 17 |
| 1.1 A Faneroscopia e seu papel na Filosofia de Peirce | 18 |
| 1.2 A potencialidade enquanto modo de ser: o domínio da Primeiridade | 19 |
| 1.3 O que existe de fato e a ação da força bruta: o domínio da Secundidade | 21 |
| 1.4 A mediação dos fatos perante a generalização: o domínio da Terceiridade | 24 |
| 1.5 As categorias nas relações triádicas | 29 |
| CAPÍTULO II - O CONCEITO PEIRCIANO DE SIGNO E SUA ABORDAGEM TRIÁDICA | 31 |
| Apresentação | 31 |
| 2.1 Sobre a ciência dos signos: a Semiótica | 32 |
| 2.2 A natureza triádica dos Signos | 33 |
| 2.3 A aplicação das Categorias no diagrama dos Signos | 41 |
| 2.4 O significado como quarto correlato do signo: breve análise do diagrama exposto no parágrafo 1.339 | 44 |
| CAPÍTULO III - A NATUREZA TRIÁDICA DO SIGNIFICADO E O PAPEL DO RACIOCÍNIO ABDUTIVO | 48 |
| Apresentação | 48 |
| 3.1 Estabelecimento da conduta frente aos hábitos: o papel do Significado | 50 |
| 3.2 A potencialidade do signo: as qualidades como Significação | 57 |

| | |
|--|-----------|
| | 10 |
| 3.3 O vetor de interpretação do signo: a ação do Sentido | 60 |
| 3.4 Raciocínio abdutivo e a busca por Sentido | 63 |
| 3.5 Significado e abdução nas proposições cotárias | 66 |
| CAPÍTULO IV - SIGNIFICADO E INFORMAÇÃO: ANÁLISE A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA LÓGICA FORMAL | 71 |
| Apresentação | 71 |
| 4.1 A perspectiva Lógica Formal da Informação | 72 |
| 4.2 Significação: elemento conotativo do significado | 74 |
| 4.3 Significado e extensão | 76 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 79 |
| REFERÊNCIAS | 82 |

INTRODUÇÃO

A realidade parece, em um primeiro momento, um simples aglomerado de acontecimento aos quais devemos atentar a todo instante com intenção de realizar nossas ações da maneira mais coerente possível. Para tanto, devemos levar em consideração todo o montante de relações estabelecidas com intuito de extrair dessas a melhor possibilidade de ação que possuímos num dado instante.

Parece-nos simples, até então, a maneira pela qual decidimos agir: o mundo é constituído de reações e nós temos a capacidade de interagir com tais reações, impedi-las, fornecer suporte, ou desconsiderá-las, causando novas reações, mantendo assim um processo contínuo de interação entre elementos.

Mas, como Charles Sanders Peirce (1839 - 1914) nos apresenta muito bem em sua obra, as reações características do estado de coisas, são apenas uma parcela da realidade. Tal parcela possui papel significativo, é claro, pois é onde as experiências de nossas ações se concretizam. É vivenciando as reações que aprendemos na prática, que confrontamos expectativas, que podemos descobrir até onde vai nosso potencial, até onde chega o Eu. A este movimento contínuo de reações estabelecidas entre os elementos componentes do estado de coisas, Peirce denomina Secundidade.

Anterior às diversas reações que caracterizam o estado de coisas, há, tal como definido por Peirce, qualidades. As qualidades são entendidas como os elementos que tem um potencial para a reação. Mas as qualidades não são concretas, elas se concretizam na reação. Antes da reação, as qualidades são pura possibilidade. Não podem ser contadas, mensuradas, evitadas, pois ainda não existem, mas tem como potencial a existência. Antes das moléculas de hidrogênio e oxigênio interagirem, o que existia era a pura possibilidade de tal interação. No momento em que essa possibilidade foi concretizada houve uma reação que deu origem a água. O aspecto da realidade cuja possibilidade é a única característica, Peirce denomina Primeiridade.

Até aqui, parece que demos conta de todos os aspectos da realidade, uma vez que tratamos das reações que ocorrem a todo momento entre os existentes e das qualidades que oferecem as inúmeras possibilidades que geram as reações. Porém, há um terceiro aspecto cuja importância é fundamental para a manutenção da vida, ou dos hábitos. Nos referimos

aqui à capacidade de mediar nossas ações levando em consideração as possibilidades de reação e as reações de fato. Quando planejamos algo, estamos lidando com possíveis reações que podem se concretizar a partir de uma dada reação primária. Por exemplo, quando alguém, em meio a uma tempestade, procura por uma vela e a deixa por perto, está pensando na possibilidade de sua casa, ou bairro, sofrer um apagão por conta de algum dano que venha a ser causado pela chuva na distribuição de energia elétrica. Este é o aspecto da realidade, portanto, no qual se estabelece uma generalidade, pois guiamos nossa conduta a partir de previsões que elaboramos tendo como base hábitos, cristalizados ou em construção, que nos auxiliam nas tomadas de decisão.

Nos lançamos às reações, pois acreditamos ter domínio sobre elas. De fato temos um grau de domínio bastante significativo, mas, mesmo assim, há reações que nos escapam, fogem do nosso planejamento e nos instigam a elaborar novas soluções, o que faz com que nossos hábitos continuem em crescimento, acoplando novas experiências com intuito de predizê-las em um futuro possível. A este aspecto preditivo da realidade, Peirce denomina Terceiridade.

Levantado o caráter preditivo de nossos hábitos, devemos pensar na maneira pela qual somos capazes de perceber a realidade. O que possibilita a nós compreender o que está acontecendo a nossa volta, ou seja, perceber as reações as quais estamos submetidos? No entendimento de Peirce, os signos são os elementos que veiculam a informação que emerge das reações. É da compreensão de signos que resulta a ação.

Os signos são elementos gerais, através dos quais percebemos as reações dadas e decidimos como agir no futuro, portanto, são mediadores da conduta. Por possuir tal caráter mediador, são elementos de Terceiridade, uma vez que nos apresentam quais as possibilidades razoáveis de ação podemos tomar ou predizer diante das reações da Secundidade.

Um signo, tal como proposto por Peirce, é composto por: (a) o Representamen, ou potencial representativo, cabe ao Representamen a função de determinar o que o signo representa para seu intérprete; (b) seu Objeto, entendido como aquilo representado pelo signo, é o objeto do signo o elemento que traz à nossa atenção possibilidades veiculadas pelo signo; e, por fim, o signo possui também o (c) Interpretante, que pode ser entendido como a reação que predizemos na mente emergente da relação que se estabelece entre as possibilidades oferecidas pelo objeto e os hábitos aos quais o significado nos remete.

Diante disso, é possível afirmar que tudo que seja signo apresenta, em algum grau, um significado que permita sua interpretação. Uma vez que interpretar um signo seja inseri-lo em um sistema de hábitos, podemos afirmar que o significado diz respeito a tal sistema. Ciente da importância que tal conceito apresenta para sua teoria, Peirce toma a questão do significado como uma das questões principais do Pragmatismo, atribuindo a esta relação papel fundamental na determinação da conduta.

Seguindo tal princípio, o objetivo principal de nosso trabalho é indagar sobre o que permite a um signo significar algo, ou ainda, como podemos compreender a natureza do significado? Se o significado é o hábito a partir do qual interpretamos o signo, como pode o mesmo signo significar muito em alguns momentos e nada, ou quase nada, em outros? Com intuito de fortalecer as bases epistemológicas do conceito de significado, propomos, a partir de uma leitura peirciana, a tese de que o significado possui ele próprio uma formação triádica, cuja interação entre seus elementos estabelece o que podemos significar de um dado signo.

No Português, usamos a palavra "significado" para traduzir do Inglês os termos "*meaning*" e "*signification*". Esse último, costumamos traduzir por significação, tal como propomos em nosso trabalho, mas "*to mean*" e "*to signify*" são ambos traduzidos por "significar" e, portanto, parecem tratar do mesmo fenômeno. Porém, não é esse o tratamento que Peirce oferece para tais conceitos. Há uma especificidade implícita no texto peirciano que não nos permite confundir *meaning* e *signification*. Tal especificidade é o que nos instiga a propor a tese à qual dedicamos nosso trabalho.

O Significado, tradução que usaremos para o termo *meaning*, como já abordado, diz respeito ao hábito no qual inserimos o signo para interpretá-lo. Por ser responsável pela inserção do signo na generalidade, ou aquilo que estamos acostumados, o Significado (*meaning*) faz parte do domínio da Terceiridade.

O Significado (*meaning*) é o elemento mediador da ação, pois possibilita prever as reações às quais o signo nos submete. Mas, para que possamos determinar quais hábitos são razoáveis relacionar ao signo é necessário que observemos quais as qualidades, ou possibilidades, que tal signo pode apresentar dentro da generalidade. Tais qualidades dizem respeito à Significação (*signification*). São as qualidades às quais a Significação (*signification*) nos chama atenção que buscamos em nossos hábitos.

Uma vez que consideramos todas as possibilidades com as quais podemos significar um signo, buscamos quais destas possibilidades fazem mais sentido através da mediação dos

nostros hábitos. Ou seja, para significar um signo, estabelecemos um Sentido (*sense*), que pode ser entendido como o vetor para a interpretação do signo diante daquilo que apresenta o estado de coisas. Trata-se de uma reação pensada de acordo com o passado, ou seja, pensada como a reação mais razoável que permite significar de acordo com a experiência. Afirmar se algo faz sentido, quer dizer se as possibilidades que um signo está oferecendo são recorrentes nos hábitos. Quando algo não faz sentido, é porque as possibilidades oferecidas pelo signo não condizem com qualquer reação que diga respeito ao hábito, portanto, não havia sido esperada, o que causa estranheza.

Podemos afirmar, desse modo, que na ausência de sentido há a quebra de um hábito. Nossa proposta permite afirmar, diante disso, que o raciocínio abduutivo, responsável pela busca de estabilidade na conduta diante de elementos surpreendentes, é estimulado pela ausência de Sentido na interpretação dos signos.

Em síntese, a relação triádica do significado está fundamentada nas categorias peircianas como delineado acima. O Significado (*meaning*), elemento de Terceiridade, é o hábito no qual inserimos o signo visando a ação futura. A Significação (*signification*), elemento de Primeiridade, são as características trazidas pelo signo que nos dizem respeito às possibilidades que tal signo oferece. Enquanto o Sentido (*sense*), elemento de Secundidade, é o vetor para interpretação dadas as possibilidades oferecidas pelo signo e sua relação possível com os hábitos.

Uma vez explorada a perspectiva semiótica do significado, voltaremos nossa atenção para a vertente Lógica Formal da informação, na qual Peirce trata do significado enquanto elemento apenas linguístico. A intenção é apresentar o modo como o pensador relaciona a Significação (*signification*) com a conotação e o Significado (*meaning*) com a denotação, conceitos responsáveis pela emergência de informação proveniente dos termos e proposições.

Na perspectiva Lógica Formal, considerar a Significação do signo sua conotação, ou profundidade, quer dizer, atribuir a ela todas as características predicáveis a um existente que podemos interpretar do termo. Tratar das características predicáveis, significa tratar das qualidades que são trazidas à mente a partir do contato com um termo. A significação do termo "animal racional" são todas as características predicáveis de um existente que permitem incluí-lo na classe daquilo que chamamos animal racional. Quais são, portanto, as qualidades que podemos listar frente ao termo "animal racional"? Quando levantamos tal questão, estamos questionando acerca da significação do termo, sua profundidade ou conotação.

Para interpretar um termo não basta apenas levar em consideração as características predicáveis vinculadas a ele, é necessário também que o termo denote a qual existente os predicados se referem. Os existentes trazidos à mente pelo termo correspondem a sua extensão. A extensão do termo “animal racional”, por exemplo, engloba todos os objetos reais no estado de coisas aos quais nos dirigimos ao utilizar tal termo.

Na filosofia peirciana, cabe ao Significado (*meaning*) a função denotativa exercida pelo termo. O significado denota a ação real a qual podemos atribuir o termo, uma vez que apresenta o hábito no qual sua aplicação se mostra razoável. Falar do significado em uma linguagem lógica formal é falar da estrutura que o estado de coisas possui, ou adquire, conforme a aplicação de um termo ou proposição.

Peirce dá um passo significativo em lógica ao apontar a importância em diferenciar a significação e o significado dos termos e proposições. Por mais que não tenha exposto tal relação minuciosamente em sua obra, fica clara a maneira como ele julgava correta frente a utilização desses conceitos. Tal característica de seus textos pode ser observada, por exemplo, quando o autor, ao abordar as possibilidades presentes nos Grafos Existenciais recorre apenas à significação do termo. Um Grafo Existencial, segundo Peirce, trata-se de um diagrama composto de pontos e linhas que ligam alguns dos pontos, de modo a traçar, com base nestas ligações, possibilidades de ação. O significado, ou aquilo que o termo denota, não é utilizado, pois os Grafos tratam de possibilidades e não possuem referência ao objeto dinâmico. Deste modo, tratamos do significado do termo quando pensamos no estado de coisas que ele denota, enquanto as características predicáveis do estado de coisas que determinam as possibilidades dizem respeito à significação.

Com a definição triádica do conceito de significado, conquistamos uma nova possibilidade de interpretar a ação do indivíduo diante de um signo: Dado o signo, seu Objeto apresenta as qualidades que podemos predicar dele, com base nisso, surge o Interpretante como reação que predizemos uma vez que o significado, em seu modelo triádico, delimita as possibilidades apresentadas pelo objeto por relacioná-las a estrutura dos hábitos.

O Significado, por mais que seja um elemento de Terceiridade, contém em sua formação um elemento de Primeiridade, sua significação, que diz respeito às possibilidades de interpretação que o signo apresenta na generalidade, e um elemento de Secundidade, o Sentido, entendido como resultante da intervenção dos hábitos nas possibilidades de modo a

apontar uma aderência nas qualidades do signo com aquelas representadas na forma geral do hábito.

Uma vez levantado o caráter triádico do significado e a forma como reincide na Terceiridade do signo elementos de Primeiridade e Secundidade, resta-nos questionar sobre o que garante que tal fenômeno aconteça, isto é, como afirmar que o Significado (*meaning*), cujo caráter é geral, possui em sua formação traços de qualidades e reações? Isto não levaria a interpretação de um signo a um processo *ad infinitum*, no qual sempre haverá um terceiro como mediador das reações possíveis? Encontramos uma resposta para esse dilema na ideia de continuidade defendida por Peirce. Tal ideia admite que todo o cosmos está em sintonia e todos os hábitos se cruzam de certo modo, o que influencia na organização do estado de coisas.

Expostas nossas hipóteses e conceitos gerais sobre a natureza do Significado e a sua função diante da ação, devemos estruturar e defender cada detalhe de nossa teoria no intuito de fortalecê-la. Para tanto, apresentamos no primeiro capítulo de nosso trabalho, as categorias peircianas de Primeiridade, Secundidade e Terceiridade, com intuito de demonstrar sua relevância na explanação da realidade e facilitar o seu complexo entendimento. Feito isso, propomos tratar, no segundo capítulo, do conceito de signo e a relação triádica que o constitui. Uma vez levantada a relação triádica do signo e o relevante papel que o significado apresenta em sua compreensão, propomos, no terceiro capítulo, a natureza triádica de tal conceito. A partir de uma análise semiótica, consideraremos o conceito de significado composto pela significação (*signification*), pelo sentido (*sense*) e pelo significado (*meaning*). Por fim, no quarto capítulo, com base na tríade do significado, analisamos como tal conceito se comporta diante de uma linguagem lógico formal e qual sua relação com a informação nesta perspectiva.

CAPÍTULO I - AS CATEGORIAS PEIRCIANAS E AS RELAÇÕES TRIÁDICAS

Apresentação

Ao propor um trabalho cujo objetivo é tratar da natureza do significado, estamos contribuindo para uma teoria da percepção e ação, uma vez que é através do significado que atribuímos aos signos que tomamos uma decisão, ou interpretamos o estado de coisas¹.

O signo, cujo tratamento específico será abordado no segundo capítulo de nosso trabalho, é entendido na semiótica peirciana como veículo que possibilita a transmissão de uma forma, ou seja, é capaz de representar para alguém aquilo que lhe convém e, por aquilo que convém, entendemos o hábito ao qual o signo nos remete. Um lenhador, um engenheiro florestal e um artista apreendem diferentes interpretações do signo “árvore” devido à forma como tal signo está relacionado aos seus hábitos.

Como argumenta Peirce², “[...] o que uma coisa significa [*means*] é simplesmente quais os hábitos que ela envolve”. Portanto, tratar do significado de algo é tratar dos hábitos nos quais inserimos o signo para poder interpretá-lo. Mas, para identificar quais de nossos hábitos são compatíveis com o signo, é necessário que este apresente qualidades que nos remetam aos possíveis hábitos capazes de dar conta daquilo que podemos significar do signo. A essas qualidades trazidas pelo signo chamamos sua significação (*signification*). Cabe ao sentido (*sense*) dizer, dada as qualidades de um signo, se tal interpretação que fazemos do signo é relevante ou não diante do estado de coisas em que nos encontramos.

Apresentado o modo como entendemos a natureza triádica do significado na concepção peirciana, voltamos nossa atenção para as categorias apresentadas por Peirce em seus *Collected Papers* (1931-35 e 1958), cuja explanação será a base para entender o conceito de tríade, assim como todo o complexo de relações da realidade.

¹ Tomamos o termo Estado de Coisas para representar a organização dada no mundo em um determinado período de tempo, a qual devemos considerar na determinação da conduta.

² CP, 5.400 (1893). Todas as citações aos *Collected Papers* serão feitas em nota de rodapé. Após as iniciais CP, o primeiro número representa o capítulo, enquanto os números que seguem representam o parágrafo, ex. capítulo 5, parágrafo 400. Entre parênteses, está o ano em que o parágrafo foi redigido.

As categorias, chamadas por Peirce de Primeiridade, Secundidade e Terceiridade, são o que dá sustento para a explicação do autor sobre como a realidade se manifesta. A Primeiridade é o estado da realidade no qual há apenas possibilidades e não há nenhum tipo de organização, a única força que impera é a presença do acaso. Os existentes que se constituem dadas as possibilidades dizem respeito ao domínio da Secundidade, onde ocorrem todas as reações do estado de coisas. Este é o domínio no qual as possibilidades se atualizam. A Terceiridade constitui o domínio da realidade que representa a generalidade, ou seja, os hábitos, ou leis, que mediam a conduta. É o domínio da Terceiridade que permite a nós moldar o estado de coisas com base nas possibilidades que se oferecem.

O objetivo do presente capítulo é apresentar as categorias peircianas e a forma como elas atuam na constituição da realidade. Uma vez feito isso, focaremos nossa atenção no conceito de tríade, o qual permite-nos explicar a constituição do significado tomando como base a constituição da realidade.

1.1 A Faneroscopia e seu papel na Filosofia de Peirce

Peirce classificou as ciências da descoberta em três grandes classes, a saber: a (1) Matemática, cujos objetos são construídos na forma de hipóteses das quais se extraem consequências necessárias, sem lidar com questões de fato; a (2) Idioscopia, ou Ciências Especiais, fundamenta seu objeto em observações especiais, assim como fazem a Química, a Física etc.; e, por fim, a (3) Filosofia é a classe da Ciência que lida com a experiência cotidiana, buscando afirmar o que é verdadeiro sobre ela (IBRI, 2015).

A própria Filosofia apresenta, na visão de Peirce, uma subdivisão também em outras três classes de Ciências: a Fenomenologia; As Ciências Normativas; e a Metafísica. Na perspectiva peirciana, a Fenomenologia é a primeira das classes de Ciência da Filosofia, e também chamada pelo filósofo de Faneroscopia ou Doutrina das Categorias, tal como afirma Ibri (2015, p. 22): “A Faneroscopia, ou Fenomenologia, se desenhará como uma ciência que se propõe efetuar um inventário das características do *faneron* ou fenômeno, dividindo-as em três grandes classes ou categorias”.

O *faneron*, objeto de estudo da Faneroscopia, ganha uma conceituação na obra de Peirce³ como o “total coletivo de tudo aquilo que está de qualquer modo presente na mente, sem qualquer consideração se isso corresponde a qualquer coisa real ou não”. Com base nesta afirmação, Ibri (2015, p. 22) observa:

Sendo assim, pode-se afirmar que: (i) a percepção de um objeto é um fenômeno, (ii) um sonho é um fenômeno e (iii) um pensamento é um fenômeno. O que quer que seja, em outras palavras, proveniente dos sentidos, ou o que quer que seja pensável, ou concebível, é um fenômeno.

Todo tipo de experiência, como é possível notar, diz respeito a um fenômeno, seja ele real ou não. Dessa forma, é necessário que a Filosofia, respaldada pelo viés da Fenomenologia, explique no que consiste a natureza do fenômeno no intuito de construir uma caracterização deste de modo a contemplá-lo em todos seus aspectos.

Proveniente de seus estudos em lógica, Peirce propõe no texto *On a new list of categories*⁴ os modos pelos quais o fenômeno se apresenta na realidade com base em suas Categorias, que segundo Debrock (1996) são o presente de Peirce para o mundo. Sobre a natureza de tais categorias, dissertamos nas próximas seções.

1.2 A potencialidade enquanto modo de ser: o domínio da Primeiridade

Uma das maiores contribuições trazidas por Peirce em seus escritos foi a de considerar o “possível” como um modo de ser, cuja influência é o que garante a existência daquilo que está dado. Tal interpretação permite caracterizar a constituição do estado de coisas como o resultado da realização de uma possibilidade, a qual, num primeiro momento, tinha sua existência apenas em potencial. Se pegarmos uma folha em branco e, utilizando uma caneta, demarcarmos um ponto em sua superfície, antes da existência concreta do ponto demarcado, o que havia era apenas a possibilidade de tal existência.

Segundo a abordagem feita por Silveira (2007, p. 42) “A Primeiridade, como o próprio nome indica, é a base primeira de toda realidade, sendo pressuposta nos confrontos

³ CP, 1.284 (1905).

⁴ CP, 1.545 (1867).

existenciais, assim como em todo contínuo e em toda generalização”. A Primeiridade é aquilo que permite à realidade ser como ela é, uma vez que pertencem a essa categoria as qualidades que pressupõem os existentes. As reações acontecem, pois sua realização tem como base possibilidades ainda não realizadas, mas que fundamentam a constituição do estado de coisas. Nas palavras de Peirce:

A ideia de primeiro é predominante nas ideias de novidade, vida, liberdade. Livre é aquele que não tem outro atrás de si, determinando suas ações [...] Liberdade só pode se manifestar em ilimitada e descontrolada variedade e multiplicidade; e assim o primeiro se torna predominante nas ideias de variedade imensurável e multiplicidade.⁵

Toda forma de variedade e multiplicidade na qual a realidade está imersa faz parte do domínio da categoria da Primeiridade. Como afirma o texto, variedade e multiplicidade são os aspectos primeiros do mundo, base para o estabelecimento de tudo aquilo que venha a existir, logo são bases para a espontaneidade⁶. Tal afirmação reitera o caráter potencial desta categoria.

A ação da Primeiridade se constitui no tempo presente, como afirma Peirce⁷: “O presente imediato, podemos aproveitá-lo, não deve possuir caráter além de sua primeiridade”. Ao referir-se ao tempo presente como resultado da ação da Primeiridade, Peirce atribui a este domínio a determinação mais fundamental do estado de coisas. O presente não é mensurável, ele escapa de nossas previsões, é, portanto, pura potencialidade. Quando o presente se realiza, imediatamente passa a pertencer ao tempo passado e o passado não é uma potência, é um existente acabado e muito bem definido.

A experiência da Primeiridade, portanto, se dá no tempo presente, e este, desligado do passado e do futuro, oferece apenas qualidades, tal como aponta Ibri (2015, p. 30):

Este estado de consciência de experienciar uma mera qualidade, como uma cor ou um som, caracteriza-se por ser uma experiência imediata em que não há, para essa mesma consciência, fluxo de tempo. Simples em si mesmo, esse estado de consciência tinge-se não pelo passado como alteridade nem pelo futuro por meio da intencionalidade de um plano, que é da natureza do pensamento. Ela é uma consciência que, por ser o que é sem referência a

⁵ CP, 1.302 (1894).

⁶ CP, 1.160 (1897).

⁷ CP, 1.343 (1903).

mais nada, está absolutamente no presente, na sua ruptura com o passado e futuro.

A ação da primeiridade dever ser entendida enquanto desligada de qualquer ato passado ou mediação futura. Ter consciência da Primeiridade, como afirma o texto, é perceber as qualidades do estado de coisas sem relacioná-las a qualquer evento do passado ou buscar um propósito no futuro, tal como o exemplo de Santaella (1999) “[...] a mera possibilidade de uma qualidade nela mesma, tal como vermelhidão, sem relação com qualquer outra coisa, antes que qualquer coisa no mundo seja vermelha.”.

Em um nível Ontológico, a Primeiridade se dá na ação do acaso na constituição do estado de coisas. Nas palavras de Silveira (2000) “Para uma situação particular, o imprevisível será reconhecido como acaso; estende, contudo, Peirce esta noção para o processo de formação do cosmos, no qual se manifestaria o acaso absoluto”. O acaso é tido como o elemento de primeiridade responsável por causar a variação na regularidade. É, portanto, um elemento de pura potencialidade, cuja a ação é fundamental no estabelecimento de novidades.

Entender a primeiridade como possibilidade, significa entregar a esta, através da força que exerce o acaso, a capacidade de renovar nossos hábitos, uma vez que sua ação exige modificações da conduta na busca de soluções para questionamentos antes não levantados, mas que se apresentam na regularidade e abalam, em diferentes níveis, a estrutura de nossas ações, forçando-nos a modificar ou gerar um novo hábito.

Atento ao carácter potencial que a realidade apresenta, e ciente da fundamental importância que exerce, Peirce considera a Primeiridade como um modo de ser, isto é, ser em potencial configura ser alguma coisa, mesmo que ainda não exista. A existência, o segundo aspecto da realidade, terá atenção no tópico seguinte, no qual tratamos das relações de Secundidade.

1.3 O que existe de fato e a ação da força bruta: o domínio da Secundidade

O segundo aspecto da realidade possui em seu âmago a superação de uma possibilidade, pois não se trata mais do ser em potencial, mas sim da existência concreta. Cabe ao domínio da Secundidade as relações estabelecidas no estado de coisas, além da forma

como os existentes se interagem, as reações que resultam dessas interações e toda e qualquer atividade que tenha como motor a força bruta. Assim, disserta Peirce:

Vamos começar considerando a existência [*actuality*], e tentar delinear no que ela consiste. Se eu lhe perguntar no que a existência de um evento consiste, você irá me dizer que consiste nisso acontecer “aqui e ali”. A especificação aqui e ali envolve relação com o universo dos existentes [...] quando eu sinto a mão do xerife no meu ombro, supostamente começo a ter uma sensação de existência. A existência é algo bruto. Não há razão nela.⁸

Peirce pretende mostrar neste parágrafo o aspecto da realidade que consiste nas inúmeras relações que ocorrem no universo dos existentes. Das relações entre os existentes emergem reações que constituem o estado de coisas na medida em que se atualizam. Se atualizar, significa realizar-se de uma possibilidade, tornar-se um existente através de um fato bruto, da reação entre dois contrários. De acordo com Ibri (2015, p. 26): “Esta experiência de reação envolvendo negação é adjetivada de bruta por Peirce, pois traz de modo direto a força de um segundo, caracterizado por ser esta coisa e não aquela”.

Peirce⁹ continua o parágrafo afirmando “No todo, acho que temos aqui um modo de ser de uma coisa que consiste em como um segundo objeto é. Eu chamo isso Secundidade”. É na Secundidade, portanto, que os existentes se estabelecem na medida em que um é afetado pelo outro. Assim discorre Silveira (2000, p. 42) sobre a Secundidade:

A secundidade, por sua vez, embora suponha a Primeiridade e a partir dela se constitua, guarda uma especificidade irreduzível relativamente àquela primeira. Ela, com efeito, está caracterizada pela ligação de dois elementos, não enquanto meros potenciais, mas enquanto mutuamente se confrontam, se negam e se limitam. Existir é, para a teoria peirciana, impor-se aos demais, num teatro de múltiplas reações.

A Secundidade pressupõe a Primeiridade, uma vez que é da atualização de possibilidades que emergem os existentes. Antes de existir um segundo deve haver a ação de um primeiro. Os elementos constituintes da Secundidade se confrontam em sua existência e estabelecem suas especificidades a partir desse confronto. Da relação entre existentes se estabelecem negações e limitações, pois é apenas na alteridade que tais conceitos podem ser considerados.

⁸ CP, 1.24 (1903).

⁹ *Ibidem*.

Em nosso cotidiano, é extremamente comum que nossos planos não saiam exatamente como esperados. A bateria do celular parece acabar sempre que mais é necessário; o ônibus que costuma atrasar alguns minutos, hoje passou no horário exato etc. Tais exemplos são representantes da ação direta da Secundidade em nossos hábitos, como afirma Ibri (2015, p. 25-26):

Parece ser evidente que, desde nossa mais precoce experiência de estar no mundo, percebemos que o transcurso deste mesmo mundo não se sujeita à nossa vontade e, muitas vezes, contraria a ideia que dele fazemos. [...] Assim é que no fenômeno surge a ideia de **outro**, de **alter**, de **alteridade**; com ela aparece a ideia de **negação**, a partir da ideia elementar de que as coisas **não são** o que queremos que sejam, nem, tampouco, são estatuídas pelas nossas concepções. A binariedade presente neste **se opor a** traz consigo a ideia de **segundo em relação a**, constituindo uma experiência direta, não mediatizada. Parece que algo **reage** contra nós, fazendo-nos experienciar uma dualidade bruta [...].¹⁰

A ação da Secundidade é uma ação bruta devido à forma como ela se impõe e exige de nós que lidemos com sua presença. Conforme enuncia o parágrafo supracitado, é na imposição do diferente que reconhecemos o outro, que é aquilo que não somos, ou que não queremos. Esta característica de alteridade é princípio básico na constituição do estado de coisas e corresponde à categoria da Secundidade sua existência.

Assim como Peirce admite a ação da Primeiridade no tempo presente, determinará que as reações de Secundidade se caracterizam no tempo passado, desse modo, afirma¹¹: "nós podemos dizer que o montante do que está terminado de fato consiste em Secundidade - ou melhor, Secundidade é o caráter predominante daquilo que está feito". Todas as ações concretas, no sentido de acabadas e bem definidas, caracterizam o domínio da Secundidade, pois equivalem às atualizações já realizadas diante das possibilidades do tempo presente. O passado é inalterável, assim como as reações emergentes da interação entre os existentes. As reações só podem ser controladas se pensadas no futuro, mas a este aspecto do tempo a Secundidade não é capaz de abordar por si só em suas relações. Nesta perspectiva, podemos ler em Ibri (2015, p. 28):

Sob a segunda categoria está, também, toda a experiência pretérita sobre a qual não se tem qualquer poder modificador, isto é, o vivido, como tal, é

¹⁰ Grifos do autor.

¹¹ CP, 1.343 (1903).

uma pluralidade de ocorrências, um aglomerado de fragmentos individuais delimitados como recortes no espaço e no tempo.

No domínio dos existentes, Peirce compreende a força bruta como o maior gerador de atualizações. É através do exercício de resistir que as possibilidades se atualizam e passam da condição de potências para a de existentes. Tornar-se um existente exige a criação de uma identidade, pois é na presença do outro que há resistência e, portanto, é através do choque entre os pares que as reações do estado de coisas se constituem e se mantêm em contínua transformação.

Temos até aqui, o domínio das possibilidades, caracterizado por Peirce como Primeiridade, do qual há a emergência de existentes através das diversas reações que constituem o estado de coisas. A este domínio cuja força bruta exerce profunda resistência, Peirce nomeará Secundidade. No que segue, devemos atentar para a tendência que possui a realidade para a generalização, ou seja, para o estabelecimento de leis que permitem mediar a ação diante do estado de coisas. O domínio da generalização, ou Terceiridade, será o objeto de análise da próxima seção.

1.4 A mediação dos fatos perante a generalização: o domínio da Terceiridade

Até o presente momento, tratamos de dois aspectos que constituem a realidade de acordo com as categorias propostas por Peirce. Da Primeiridade, fazem parte as possibilidades não atualizadas, cuja existência só há em potencial, mas que Peirce, ainda assim, considera um modo de ser devido à influência que exercem sobre os existentes. Estes últimos, elementos de Secundidade, são caracterizados pela sua natureza reagente movida pela força bruta que emana da alteridade. Mas, um aspecto importantíssimo a ser analisado é a tendência à generalidade que os fatos apresentam, tal como aponta Ibri (2015, p. 35): “Parece haver na mente uma tendência à generalização que busca subsumir ao conceito um número maior de fenômenos, tornando-o, por isso, mais geral”.

Tal aspecto geral possibilita a mediação das reações ocorrentes no estado de coisas, o que permite moldá-lo conforme a necessidade. Há, portanto, um terceiro aspecto da realidade que guia a atualização de possibilidades frente as reações do estado de coisas chamado por Peirce Terceiridade.

Peirce argumenta sobre o caráter preditivo da realidade:

Cinco minutos de nossa vigília dificilmente passarão sem fazermos algum tipo de predição; e na maioria dos casos essas predições são cumpridas no evento. No entanto, uma predição é essencialmente de uma natureza geral, e não pode nunca ser completamente cumprida. Dizer que uma predição possui uma tendência decidida a ser cumprida, é dizer que o eventos futuros estão em certa medida realmente governados por uma lei.¹²

Peirce assume, no que tange ao processo semiótico, que constantemente fazemos predições de fatos no intuito de agir sobre estes quando se concretizam. Deixamos uma vela por perto durante uma noite chuvosa, pois consideramos a possibilidade da distribuição de energia elétrica ser interrompida, ou ainda, desplugamos aparelhos eletrônicos das tomadas, pois correm o risco de serem queimados por uma descarga elétrica. Infinitos casos de nosso cotidiano, inclusive do cotidiano dos mais diversos seres existentes, poderiam ser figurados como exemplos de atitudes preditivas, que tem como fundamento uma possibilidade que pode vir a se atualizar.

Como afirma Peirce no parágrafo supracitado, a única maneira de explicarmos a tendência para a atualização que nossas predições possuem é devido a forma como eventos do futuro estão, de certo modo, regidos por uma lei geral. A lei que normatiza a realidade é o que nos permite esperar a repetição dos fatos, dadas as circunstâncias em que são recorrentes.

Na teoria peirciana, a Terceiridade, enquanto mediação, está sempre entre um primeiro e um segundo, isto é, com base nas qualidades apresentadas, prediz, ou media, possíveis reações. Quanto a isso, Peirce afirma:

Terceiridade nada é senão o caráter de um objeto que incorpora a Qualidade de Estar Entre [*Betweenness*] ou Mediação nas suas formas mais simples e rudimentares; e eu a uso como o nome daquele elemento do fenômeno que é predominante onde quer que a Mediação seja predominante, e que encontra sua plenitude na Representação.¹³

O ato mesmo da Terceiridade se constituir como meio entre um segundo e seu primeiro, é o mesmo que dizer que ela é uma Representação como um elemento do

¹² CP, 1.26 (1903).

¹³ CP, 5.104 (1903).

fenômeno¹⁴, ou aquilo que prediz as possibilidades do fenômeno, logo, a Terceiridade enuncia aquilo que pode vir a ser diante do presenciado.

O fato de pensarmos nossa ação visando aquilo que pode vir a ser com base em uma lei geral de conduta, ou hábito, atribui ao domínio da Terceiridade uma relação com o tempo futuro, tal como afirma Peirce¹⁵ no mesmo parágrafo em que caracteriza a Primeiridade enquanto agindo no tempo presente e a Secundidade enquanto fatos acabados no passado: "[...] nós constantemente predizemos o que está para ser. Agora o que está para ser, de acordo com a nossa concepção disso, pode nunca se tornar inteiramente passado". O pensador atenta para a forma como a Terceiridade possui sua influência no futuro. Do contato com o estado de coisas, predizemos as reações possíveis de acordo com o contexto e mediamos nossa ação de modo que possamos moldar as reações futuras da maneira como nos convém. Tal atitude mediadora é possível graças à elevada previsibilidade que o estado de coisas possui, por ser regido por leis gerais de conduta. Porém, como atenta Peirce no final da citação, nem tudo que predizemos do futuro pode vir a ser e, portanto, nunca se tornar passado.

Há dois motivos os quais levam nossas previsões a não se realizarem. O primeiro é a influência do acaso nas relações do estado de coisas. O segundo é a vagueza do signo diante de nossas interpretações.

Peirce reservou em sua obra papel fundamental para a força exercida pelo acaso nas relações do estado de coisas e a forma como isto influencia na conduta. Na perspectiva peirciana, o acaso é um fator de extrema importância desde a formação do cosmos e sua presença pode ser notada mesmo em sistemas cuja organização se baseia em leis muito bem estabelecidas. Assim nos apresenta Silveira (2000) em seu artigo *Acaso, existência e lei num universo em evolução*:

Para uma situação particular, o imprevisível será reconhecido como acaso; estende, contudo, Peirce esta noção para o processo de formação do cosmos, no qual se manifestaria o acaso absoluto. Este se caracteriza, mesmo no momento atual da evolução, por pequenos desvios face à lei. Sua presença leva, pois, à crescente diversificação do estado do cosmos, a partir de uma indiferenciação originária.

¹⁴ CP, 5.66 (1903).

¹⁵ CP, 1.343 (1903).

Todo o cosmos possui uma tendência à generalidade e, portanto, ao estabelecimento de hábitos de conduta, porém, por mais que o estado de coisas apresente uma regularidade que nos permite criar previsões das reações a fim de agir sobre elas, sempre haverá, com maior ou menor grau de influência, a atividade do acaso capaz de reestruturar a cadeia de hábitos a qual nos baseamos para predizer a realidade. O acaso é entendido aqui como a imposição da Primeiridade na generalidade apresentada pela Terceiridade.

O acaso é um elemento que influencia em nossas previsões pelo simples fato de se impor e fazer com que algo que predizemos se altere. Esta imposição do acaso na realidade não pode ser prevista ou governada por nenhuma lei. Não deve ser, portanto, acaso apenas para quem o vivencia, mas para qualquer um que necessite se adequar diante de suas exigências, retirando de tal elemento qualquer vestígio de subjetividade.

Há também um segundo elemento responsável pela falha em predizermos algum fenômeno. Tal elemento é a vagueza que o signo oferece em suas informações. A influência de tal vagueza nas interpretações é denunciada por Peirce desta forma:

Os lógicos negligenciaram demais o estudo da **vagueza**, sem suspeitar do importante papel que esta exerce no pensamento matemático. Esta é a analogia antitética da generalidade. Um signo é objetivamente **geral**, na medida que, deixando sua interpretação efetiva indeterminada, este entrega ao intérprete o direito de completar a determinação por ele mesmo. “Homem é mortal”. “Qual homem?” “Qualquer homem que você queira”. Um signo é objetivamente **vago**, na medida que, deixando sua interpretação mais ou menos indeterminada, este reserva para qualquer outro signo possível ou experiência a função de completar a determinação. “Este mês”, diz o almanaque de previsões, “um grande evento está para acontecer.” “Que evento?” “Oh, nós veremos. O almanaque não nos contou isso.”¹⁶

Diante da generalidade que o signo apresenta, somos levados a interpretá-lo de modo a direcionar nossa conduta, isto é, mediar a ação que resultará na interação com o estado de coisas. Enquanto elemento de terceiridade, o signo¹⁷ representa para seu intérprete as possibilidades de ação nas mais variadas situações. Portanto, a ação do signo diz respeito ao modo como predizemos as reações do estado de coisas e as tomamos como base para a ação.

Mesmo que o signo seja capaz de predizer os fenômenos, é bastante comum que certas previsões não se concretizem devido à vagueza do signo. Tal como afirma o parágrafo

¹⁶ CP, 5.505 (1905) (Grifos do autor).

¹⁷ Sobre o conceito de signo e seu papel na filosofia peirciana, trataremos no segundo capítulo de nosso trabalho.

supracitado, o signo vago deixa sua interpretação indeterminada e reserva para outro signo ou experiência a função de completá-la. Porém, podemos interpretá-lo de uma maneira errônea, o que resultaria numa predição incorreta.

Por exemplo, em nosso cotidiano é comum recebermos centenas de avisos sonoros de nossos celulares durante o dia. Tais avisos são oriundos das mais diversas redes sociais que estão a todo momento nos chamando atenção para alguém que se comunica conosco ou nos marca em determinada publicação etc. Portanto, sempre que há um aviso de nosso celular, somos levados a predizer uma reação possível.

Porém, por mais que compreendemos o que o som queira representar, sua vagueza é bastante grande, pois não nos informa diretamente quem está mandando uma mensagem, ou ainda, qual o conteúdo da mensagem. Somos levados a predizer tais informações de acordo com nossa experiência ou outro signo qualquer que se relacione com este. Se estamos conversando com um amigo e ouvimos o alerta de nova mensagem do celular, instantaneamente imaginamos ter recebido mais uma mensagem desse amigo, porém o único motivo que nos leva a tal interpretação é a experiência realizada há pouco, mas o alerta pode soar para qualquer mensagem que seja. A vagueza do signo pode ser superada, mas nem sempre, e a tentativa de superar tal vagueza pode não ser suficiente o que resultaria, portanto, no erro de nossas predições.

Em suma, Santaella (1999) define a ação das categorias:

As categorias universais não substituem nem excluem a variedade infinita de outras categorias mais específicas e materiais que podem ser encontradas em todos os fenômenos. Elas são apenas noções gerais indicando o perfil lógico dentro do qual algumas classes de ideias se incluem. Desse modo, a categoria da primeiridade inclui as ideias de acaso, originalidade, espontaneidade, possibilidade, incerteza, imediaticidade, presentidade, qualidade e sentimento. Na secundidade, encontramos ideias relacionadas com polaridade, tais como força bruta, ação e reação, esforço e resistência, dependência, conflito, surpresa. Terceiridade está ligada às ideias de generalidade, continuidade, lei, crescimento, evolução, representação e mediação.

Todo o universo filosófico construído por Peirce tem como base as categorias tal como apresentadas até aqui. O motivo de enunciá-las em nosso trabalho é devido à força explicativa que exercem sobre os conceitos de Signo e sobretudo de Significado, o qual é nosso maior foco. Analisados o aspecto potencial da realidade, ou Primeiridade, as reações dos existentes, ou Secundidade, e a generalidade que possibilita a mediação, ou Terceiridade,

esperamos encontrar tais características também na tríade do Significado, abordada no terceiro capítulo, tal como encontramos nos correlatos do Signo, assunto para o próximo capítulo. Mas, antes de tratarmos do aspecto triádico que tais conceitos apresentam, voltemos nossa atenção para a ideia de tríade na seção à seguir.

1.5 As categorias nas relações triádicas

Uma das características mais marcantes da obra de Peirce é considerar a importância das relações triádicas na lógica. Uma tríade pode ser entendida como um conjunto de três elementos que estão uns para os outros de modo a se complementarem. Desse modo, Peirce apresenta como base de sua teoria dos signos relações triádicas que possuem fundamento em suas categorias tal como afirma: “Nós devemos distinguir entre o Primeiro, Segundo e Terceiro Correlato de qualquer relação triádica¹⁸”.

Logo, compondo a tríade deve haver um elemento de Primeiridade, enquanto aquele que sugere a potencialidade, também um elemento de Terceiridade, como mediador diante da reação de um outro elemento, o de Secundidade, que se estabelece da relação de um primeiro com um terceiro¹⁹. Assim afirma Peirce:

Em toda Relação Triádica genuína, o Primeiro Correlato pode ser considerado como aquele que determina, sob certo aspecto, o Terceiro Correlato, e as relações triádicas podem ser divididas conforme essa determinação do Terceiro Correlato tiver alguma qualidade, ou estiver em alguma relação existencial para com o Segundo Correlato ou estiver em alguma relação de pensamento para com o Segundo, por alguma razão.²⁰

Relações triádicas são as bases para o estabelecimento de qualquer fenômeno por conter em seu âmago a ação das categorias e, portanto, não podem ser reduzidas a relações diádicas, pois estas não apresentam nenhum tipo de mediação, ou lei, apenas a ação da força bruta. Como podemos ler em: “A dá B a C. Isto não consiste em A jogar fora B e este acidentalmente acertar C [...] isto não seria uma relação triádica genuína, mas meramente

¹⁸ CP, 2.235 (1903).

¹⁹ CP, 2.235, 2.236 e 2.237 (1903).

²⁰ CP, 2.241 (1903).

uma relação diádica seguida por outra²¹”. O ato de A dar B a C envolve uma transferência de direito sobre C e direito é uma questão de lei, portanto envolve pensamento, significado, em outras palavras, Terceiridade²².

Em contrapartida, estruturas superiores as triádicas são redutíveis a tríades como afirma Colapietro (2014, p. 38) acerca da semiótica peirciana. Sobre tal característica, Peirce afirma “[...] consideramos um fato quádruplo, é fácil exprimi-lo como sendo composto de dois fatos triplos²³”, e ainda “Toda relação tetrádica, pentádica, ou de qualquer número maior de correlatos não é nada senão uma composição de relações triádicas²⁴”. A redução de qualquer estrutura para um conjunto de tríades é devido ao fato de não existir nenhum elemento além dos de Primeiridade, Secundidade e Terceiridade a serem encontrados no fenômeno²⁵.

As categorias, tal como propostas por Peirce, são os fundamentos do conceito de tríade de acordo com o pensamento do autor. As relações triádicas, como foi mostrado, são conceitos basilares na interpretação do pensador sobre os fenômenos da realidade e neles se manifestam. Um exemplo é o conceito de Signo que será objeto de estudo do capítulo seguinte. Nossa intenção é apresentar, no terceiro capítulo, o conceito de Significado enquanto uma relação triádica, contendo em sua natureza elementos representantes de cada categoria.

²¹ CP, 1.345 (1903).

²² *Ibidem*.

²³ CP, 1.371 (1885).

²⁴ CP, 1.347 (1903).

²⁵ *Ibidem*.

CAPÍTULO II - O CONCEITO PEIRCIANO DE SIGNO E SUA ABORDAGEM TRIÁDICA

Apresentação

Peirce nos apresenta uma abordagem da realidade através de suas categorias que é de muitíssima relevância. Os fatos brutos, tal como acontecem, são reações cegas, que não se limitam a nenhuma razão e que Peirce nomeia como Secundidade. Consideradas as reações do estado de coisas, é fundamental que pensemos nas possibilidades que permitem a um fato realizar-se, elementos de pura potencialidade que mesmo sem possuir existência concreta influenciam diretamente na dimensão dos existentes, aos quais atribui-se as características da Primeiridade. O último domínio que estrutura a realidade é o da tendência à generalização, que permite atribuir um aspecto preditivo às reações e possibilita a ação com base em hábitos de conduta, assim chamado por Peirce Terceiridade.

Dada a importância do caráter preditivo da Terceiridade como regulador da conduta, resta-nos atentar para a forma como somos capazes de interagir com o estado de coisas e perceber deste informações necessárias para definir nossa ação. Segundo o entendimento de Peirce, são os signos os elementos mediadores da conduta, uma vez que é através da interpretação que fazemos deles que somos levados a tomar uma decisão, ou compreender alguma informação.

O intuito deste capítulo é abordar a perspectiva peirciana de signo visando apresentar a estrutura triádica que este elemento possui na semiótica de Peirce. Diferentemente da construção diádica entre significado e significante proposta por Ferdinand De Saussure em seu *Curso de Linguística Geral* (2004), Peirce propõe uma formação triádica do conceito de signo garantida pelo signo, ou representamen, seu objeto e o interpretante que é gerado.

Para tanto, na primeira seção esboçamos uma breve caracterização da Semiótica, ou ciência formal dos signos, apresentando-a enquanto lógica que visa a conduta, se inserindo diretamente no campo da experiência, ao menos possível.

Adiante, na segunda seção, expomos a natureza triádica do signo com base em seus correlatos, quais sejam, Representamen, ou aquilo que representa algo para alguém tido como o primeiro correlato; o Objeto, ou segundo correlato, aquilo que é representado pelo signo;

por fim, o Interpretante, enquanto terceiro correlato, o qual diz respeito ao signo gerado na mente de quem interpreta o signo. Ainda nesta seção, abordaremos a distinção que Peirce propõe do segundo correlato entre Objeto Imediato e Dinâmico e a do terceiro correlato entre Interpretante Imediato, Dinâmico e Final e também Emocional, Energético e Lógico.

Na terceira seção, relacionamos os correlatos do signo às categorias, onde, Representamen é tido como o elemento de Primeiridade da tríade, uma vez que carrega todo potencial representativo do signo; o Objeto, por ser o existente representado pelo signo, apresenta uma característica de Secundidade; e o Interpretante, por ser o elemento de generalização do signo frente à conduta, é o elemento de Terceiridade.

Para concluir este capítulo, apresentaremos na última seção um texto de Peirce (CP, 1.339), de cuja data não há referências, no qual, além de considerar o signo, seu Objeto e seu Interpretante, o pensador parece compreender o significado (*meaning*) enquanto um quarto correlato do signo.

2.1 Sobre a ciência dos signos: a Semiótica

Uma vez estruturadas as categorias, devemos direcionar nossa atenção para a Semiótica, ciência cujo objeto de estudo é o signo, na qual Peirce fez imensuráveis contribuições. Assim, Peirce caracteriza a semiótica em meados de 1897:

Em seu sentido geral, a lógica é [...] apenas outro nome para *semiótica* (*semeiotiké*), a quasi-necessária ou formal, doutrina dos signos. Descrevendo a doutrina como “quasi-necessária”, ou formal, quero dizer que observamos os caracteres de tais signos e, a partir dessa observação, por um processo que não objetarei denominar Abstração, somos levados a afirmações eminentemente falíveis e por isso, num certo sentido, de modo algum necessárias, a respeito do que *devem ser* os caracteres de todos os signos utilizados por uma inteligência “científica”, isto é, por uma inteligência capaz de aprender através da experiência.²⁶

Primeiramente, o que nos chama atenção neste parágrafo é a forma como Peirce compara a semiótica à lógica, dizendo ser esta apenas um outro nome para aquela. A partir de tal definição, podemos conceber a lógica dentro do sistema peirciano a partir de dois ramos. A primeira vertente da lógica tratada pelo autor é aquela que pode ser considerada uma parte da

²⁶ CP, 2.227 (1897) (Grifos do autor).

matemática, que, nas palavras de Silveira (2007. p. 19) “[...] se ocupa de funções estritamente formais de natureza dedutiva e necessária que mostram que uma determinada construção está racionalmente bem fundada”. Como é o caso, por exemplo, da resolução de um problema matemático no qual os componentes estão uns para os outros dentro de uma formalidade lógica que permite alcançar uma dada conclusão.

A segunda vertente da Lógica será aquela que Peirce denomina como Semiótica. Esta não se resume à formalidade das abstrações matemáticas, é a própria lógica inserida no campo da experiência, ao menos possível, “conferindo-lhe como objeto, não meras formas ideais, como são os objetos da matemática, mas os signos, como pensamento manifesto fenomenologicamente” (SILVEIRA, 2007. p. 20).

O motivo de Peirce considerar a semiótica uma doutrina quasi-necessária é devido ao carácter falível que as afirmações desta apresentam, como é levantado pelo próprio autor algumas linhas abaixo. Aquilo para qual o pensador atenta é a forma como interpretamos os vários caracteres que os signos apresentam e fazemos afirmações a partir de então. Tais afirmações estão longe de serem necessárias, pois podem vir a se mostrarem falsas ou insuficientes.

Diante do exposto, cabe oferecer à Semiótica, tal como observamos em Peirce, o papel de analisar os caracteres comuns a todos os signos de modo a determinar os aspectos mais gerais da conduta dos seres inteligentes, isto é, seres capazes de aprender através da experiência (SILVEIRA, 2007. p. 22). Uma vez que entendemos o significado do signo como o elemento que garante a ação, é de fundamental importância o estudo de tal conceito para a Semiótica. Visto que é por meio de signos que compreendemos significados, partidos para a concepção peirciana de tal conceito.

2.2 A natureza triádica dos Signos

Os signos são elementos de terceiridade que determinam a conduta diante do estado de coisas, uma vez que percebemos a organização deste através da mediação que tais elementos fornecem. Possuem uma formação triádica, isto é, sua natureza não é da binariedade, ou o choque de um primeiro com um segundo, mas se constitui através da interação de um terceiro que media a relação de um primeiro com um segundo.

Embora Peirce tenha definido o conceito de signo diversas vezes ao longo dos anos, o que nos mostra a complexidade e dificuldade em dissertar sobre tal assunto, assim ele escreve sobre o signo em 1897:

Um Signo, ou **Representamen**, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se para alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino **interpretante** do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu **objeto**. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que eu, por vezes, denominei **fundamento** do representamen²⁷.

Ao considerar o Representamen, o Objeto e o Interpretante como correlatos do signo, Peirce propõe uma abordagem triádica desse conceito. Tais elementos componentes do signo não devem ser pensados de maneira isolada, mas através da correlação que apresentam entre si. Para melhor entendermos a proposta peirciana e a natureza do signo, devemos explorar cada um desses elementos levando em consideração, não a ordem que o autor esboça a ideia no parágrafo supracitado, mas sim de acordo com a ordem dos correlatos, portanto, primeiramente do primeiro correlato, o signo ou Representamen, em seguida o segundo correlato, Objeto do signo e por fim o terceiro correlato ou Interpretante.

A palavra signo aparece nos textos de Peirce em dois sentidos diferentes. No primeiro, signo diz respeito à tríade Representamen-Objeto-Interpretante e assume a natureza de uma lei. Em um segundo sentido, signo está para o primeiro correlato, ou seja, aquele que estando no lugar do Objeto determina o Interpretante, logo como sinônimo de Representamen. A nomenclatura “Representamen” só é utilizada pelo filósofo nos textos datados a partir do século XX, quando a Semiótica já é vista como uma ciência. Assim pode-se ler no texto *The Firstness of firstness, secondness and thirdness* quando Peirce examina o conceito de representação:

[...] Eu restrinjo a palavra representação à operação de um signo ou sua relação com o objeto para o intérprete da representação. O assunto concreto representado eu chamo um signo ou representamen. Eu uso as duas palavras, signo e representamen, diferentemente. Por um signo quero dizer qualquer coisa que veicule qualquer noção definida de um objeto de alguma maneira, como tal veiculadores de pensamentos são familiarmente conhecidos por nós. Agora eu começo com esta ideia familiar e faço a melhor análise que

²⁷ CP 2.228 (1897) (Grifos do autor)

posso do que é essencial para um signo, e eu defino representamen como sendo aquilo a que a análise se aplica²⁸.

Uma vez abordada a distinção feita por Peirce nas terminologias signo e representamen, resta tratar da natureza do primeiro correlato enquanto parte da formação triádica. Silveira (2007, p. 30), sobre o representamen, aponta: “todo poder de representação concentra-se no primeiro correlato a ponto do mesmo ser frequentemente identificado como o próprio signo”. Devido ao seu caráter representativo, o representamen é tomado quase como o próprio signo, eis a necessidade de Peirce em distinguir tais conceitos²⁹, como exposto acima.

O Representamen como o próprio texto diz³⁰, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Disso podemos extrair três afirmações: (1) o representamen apresenta aspectos ou modos; (2) com base nesses aspectos ou modos, representa algo e (3) tal representação é possível, pois é feita para alguém. Tal forma de definir o conceito de Representamen pressupõe na própria constituição deste uma relação com o Objeto (2), uma vez que representa algo, ou está no lugar de algo; e com o Interpretante (3), pois representa algo para alguém, cria na mente de algum intérprete uma representação, ou signo.

No que diz respeito a (2), o Representamen deve representar algo. Aquilo que é representado, ou substituído, pelo Representamen, Peirce denomina Objeto do signo³¹. O Objeto é entendido como o segundo correlato do signo. Como propõe Silveira (2007, p. 31):

Nessa substituição não há, contudo, uma pura e simples identificação do representamen e do objeto. Tão-somente por algum aspecto ou modo que lhe é próprio, o **Representamen** ficará no lugar do objeto. A esse aspecto ou modo, Peirce aqui denomina **fundamento** do representamen. Sendo o **fundamento** alguma qualidade do signo, somente será captada distintamente por via de abstração³².

²⁸ CP, 1.540 (1903).

²⁹ No parágrafo 2.228 supracitado, como em vários outros, signo e representamen são tomados como sinônimos. Porém, Peirce alerta para uma especificidade no uso de tais termos ao se tratar de uma representação.

³⁰ CP, 2.228 (1897).

³¹ *Ibidem*.

³² Grifos do autor.

O Representamen substitui o Objeto com base em alguma especificidade que mantém em relação a este. Tal especificidade é, como diz o texto, própria do Representamen e não se mantém apenas por uma simples identificação com o Objeto. É, portanto, através do fundamento, entendido como uma qualidade mantida pelo Representamen que este pode representar o Objeto. Imaginemos um ser humano representado através do desenho de uma criança entre quatro e cinco anos de idade. Por mais que o desenho não tenha dimensões precisas (mãos de tamanhos diferentes, cabeça desproporcional ao tamanho dos pés etc) somos capazes de reconhecer aquilo que a criança pretende representar. O desenho é, portanto, um representamen que por conta de seu fundamento, ou qualidades que apresenta, como traços que caracterizam braços, pernas, olhos, cabeça, roupas, é capaz de representar um objeto, neste caso um ser humano.

Peirce propôs a tríade Representamen-Objeto-Interpretante após 1890, mas continuou desenvolvendo essa interpretação ao longo dos anos, o que o levou, em 1905, a propor uma distinção no conceito de Objeto que passa a ser dois: Objeto Imediato e Dinâmico. Assim pode-se ler:

Nós temos que distinguir o Objeto Imediato, que é o objeto como o próprio signo o representa, e cujo ser é, portanto, dependente de sua representação no signo, do Objeto Dinâmico, o qual é a realidade pela qual algum meio procura determinar o signo para sua representação.³³

A necessidade de estabelecer especificidades para o segundo correlato, assim como será feito também com o terceiro correlato, ou Interpretante, é devido a forma que os objetos dos signos se apresentam à mente e sofrem alterações com base na experiência dos sujeitos. Dito isso, Silveira (2007, p. 46) propõe o Objeto Imediato “enquanto [...] representado no interior do signo” ou ainda “enquanto contido no signo que a ele se refere” e, no que diz respeito ao Objeto Dinâmico, continua “enquanto guarda para com o signo uma relação de exterioridade, só podendo ser, conseqüentemente, alcançado por uma experiência que independa daquele signo, e que Peirce denomina experiência colateral”.

Silveira (2007, p. 47) recorre ao seguinte exemplo para elucidar a distinção Objeto Imediato e Objeto Dinâmico:

³³ CP, 4.536 (1905).

Temos várias interpretações de uma determinada cidade — conhecemos cartões postais da mesma, plantas, relatos de pessoas que lá estiveram, notícias pelos meios de comunicação de acontecimentos lá ocorridos etc. Temos, portanto, vários signos que se referem a um mesmo objeto, cada um o representando conforme a sua possibilidade. Nada impede, contudo, por mais inverossímil que seja, que uma tal cidade, Objeto Imediato de tantos signos, simplesmente não exista! Somente teremos certeza da existência de uma tal cidade se tivermos acesso correlato a ela: Se um dia desembarcarmos nela e percorrermos, ao menos, alguns de seus lugares.

Com base neste trecho, a distinção entre as duas espécies de Objetos se torna mais clara. Trata-se de Objeto imediato aquele representado pelo signo em sua própria formação, de modo que só conhecemos tal Objeto devido à referência trazida pelo próprio signo, portanto apresenta com este uma relação de interioridade, pois só conhecemos dele aquilo que o signo nos permite. O Objeto Dinâmico é trazido ao nosso entendimento pela menção feita no signo, mas não apenas com base nesta, pois, ao interpretá-lo, fazemos isso de acordo com nossa experiência, de modo que compreendemos o objeto além das informações contidas no signo, constituindo uma relação de exterioridade com este.

Um signo só será signo se for para alguém. Quando representar para seu intérprete uma ideia que mobilize sua conduta. Tal ideia produzida a partir de um representamen na mente de um intérprete é chamada Interpretante do signo. O Interpretante será da mesma natureza do signo, equivalente ao representamen ou mais aperfeiçoada que ele (SILVEIRA, 2007).

O Interpretante é entendido como o mais complexo entre os três correlatos do signo e possui relações tanto para com o Representamen, quanto para com o Objeto, tal como demonstra Silveira (2007, p. 47): “O Interpretante do signo, como terceiro correlato, dentre os três é o mais complexo em sua constituição. Diretamente, ele é determinado pelo Representamen e, indiretamente, pelo Objeto”. Quanto a determinação direta exercida pelo Representamen já é possível notá-la no início do parágrafo 2.228 já citado³⁴ no qual o filósofo afirma ser o primeiro correlato aquilo que representa algo para alguém e responsável, portanto, por criar na mente deste alguém um signo mais desenvolvido, ou Interpretante.

O seguinte parágrafo do texto peirciano é utilizado por Silveira (2007) para caracterizar a determinação indireta que o Objeto exerce sobre o Interpretante:

³⁴ Página 33.

Defino um **Signo** como alguma coisa que, de um lado, é de tal modo determinada por um Objeto e por outro, de tal modo determina uma ideia na mente de uma pessoa, que esta última determinação, que eu denomino o **Interpretante** do signo, é através disso determinada por aquele Objeto.³⁵

É chamada indireta a determinação do Interpretante por parte do Objeto, pois corresponde à determinação que este exerce sobre o Representamen, que, por sua vez, tem o Interpretante como resultado imediato da relação entre signo e intérprete, em outras palavras, determina de forma direta seu Interpretante. Um relógio indicando "15h00" pode lembrar alguém de sua consulta marcada no dentista neste mesmo horário no dia seguinte. O relógio, entendido aqui como o Objeto, determina um Representamen, o horário do dia tomado por "15h00", que, por sua vez, gera um Interpretante, a conduta a ser tomada em relação a este mesmo horário no dia seguinte.

O Representamen, conforme mostra o exemplo, determina o interpretante diretamente, devido a ideia que produz na mente do intérprete. O mesmo caso não é observado com o Objeto, este não tem relação direta com o Interpretante, está para ele conforme o Representamen permite. O Interpretante possivelmente continuará sendo o mesmo caso o horário da consulta no dentista seja lembrado através de uma anotação em uma folha de papel, ou seja, mesmo que o Objeto mude, o Representamen definido por ele, mantém, neste caso, o mesmo Interpretante.

Tal como Peirce aprofunda a conceituação de signo, distinguindo o Objeto Imediato do signo do seu Objeto dinâmico, propõe também a mesma especificidade para o Interpretante, que passa a ser distinguido também entre Interpretante Imediato do signo e Interpretante Dinâmico, além de uma caracterização única do terceiro correlato, o Interpretante Final ou Normal. Assim escreve Peirce:

Um signo mantém uma relação com seu Objeto e seu Interpretante. Mas é necessário distinguir o **Objeto Imediato**, ou Objeto como o signo representa, do **Objeto Dinâmico**, ou Objeto realmente eficiente, mas não imediatamente presente. Do mesmo modo, exige-se distinguir o **Interpretante Imediato**, isto é, o interpretante representado ou significado do signo, do **Interpretante Dinâmico**, ou efeito atualmente produzido na mente pelo signo; distinguindo ambos do **Interpretante Normal**, ou efeito que seria produzido na mente pelo Signo após o desenvolvimento suficiente do pensamento.³⁶

³⁵ CP, 8.343 (1901) (Grifos do autor).

³⁶ CP, 8.343 (1908) (Grifos do autor).

Conforme expressa o parágrafo, O interpretante imediato é aquilo que o signo quer dizer, ou conforme afirma o texto, seu significado (*meaning*). A este ponto, daremos maior atenção no Capítulo 3, no qual exploraremos a natureza triádica que o próprio conceito de Significado apresenta e que é o cerne dessa pesquisa. O interpretante Dinâmico é definido pelas diversas interpretações que o mesmo signo possa apresentar, ainda que sejam contrárias entre elas. Enquanto o Interpretante Final ou Normal determinará um hábito baseado na experiência para uma completa interação com o signo, ou seja, que extraia do signo todas as possibilidades de condutas possíveis. Para exemplificar a distinção entre os Interpretantes do signo, Silveira (2007, p. 50) recorre ao seguinte exemplo:

O desenvolvimento das teorias científicas a respeito de uma determinada classe de fenômenos é um bom exemplo dessa tríplice função interpretante. Um determinado signo que representa uma determinada classe geral de fenômenos, por exemplo, a **eletricidade**, permite um determinado campo em aberto, mas não equívoco, de interpretação. Ao longo da história, todavia, a eletricidade vem sendo interpretada de diversas maneiras, como propriedades intrínsecas de determinados corpos, como propriedade de ação em campos, como fenômenos atômicos etc., preenchendo o que seu interpretante imediato legitima. Tem-se, então, um feixe de interpretações, constituindo o Interpretante Dinâmico daquele signo, podendo haver, inclusive, antagonismo entre elas. Caso, no entanto, se persiste na busca da melhor compreensão do fenômeno, tenderá a haver uma convergência para a mais adequada e completa interpretação, a qual constituir-se-á no Interpretante Final do fenômeno³⁷.

A divisão dos interpretantes em Imediato, Dinâmico e Final (ou Normal) permite uma maior aplicação de tal conceito no que diz respeito à semiose. O Interpretante Dinâmico, por aceitar inclusive interpretações contrárias de um mesmo signo, não estabelece um critério de verdade nas interpretações, estas, se tomadas de um mesmo signo, são todas válidas. Apenas no Interpretante Final há um critério de verdade a ser estabelecido sobre o signo, mas mesmo assim, este critério não está totalmente definido, devido ao caráter falibilista das interpretações.

Peirce desenvolve ainda outras classificações dos Interpretantes em sua Obra, com base em inúmeros critérios. Dessas, há uma classificação bastante importante para nossa pesquisa, cujo próprio Peirce dedica especial atenção: Nos referimos aqui, a classificação dos Interpretantes em Emocional, Energético e Lógico. É através dessa classificação de

³⁷ Grifos do autor .

Interpretantes que Peirce pretende compreender o que é o significado de um conceito intelectual, como ele mesmo propõe: “Só podemos resolver o problema do que o ‘significado’ de um conceito intelectual é pelo estudo dos Interpretantes, ou efeitos significativos próprios do signo”. Para definir o que pretende caracterizar com cada Interpretante, Peirce prossegue no mesmo parágrafo:

O primeiro efeito significativo próprio de um signo é um sentimento produzido por ele. Há quase sempre um sentimento que interpretaremos como evidência que compreendemos o efeito próprio do signo, embora a fundamentação da verdade nele é frequentemente débil. Esse “Interpretante Emocional”, como eu o denomino, pode corresponder a muito mais do que esse sentimento de reconhecimento; e em alguns casos ele é o único efeito significativo próprio que o signo produz. Assim, a execução de uma peça de concerto musical é um signo. Ela transmite, e pretende transmitir, as ideias musicais do compositor, mas elas consistem usualmente somente de uma série de sentimentos. Se um signo produz algum outro efeito significativo próprio, ele o fará através da mediação do interpretante emocional, e esse efeito ulterior sempre envolverá um esforço. Eu o denomino Interpretante Energético. O esforço pode ser muscular, como é o caso do comando de descansar armas; mas muito mais usualmente, ele é um exercício sobre o Mundo Interior, um esforço mental. Ele nunca pode ser o significado de um conceito intelectual, pois se trata de um ato singular, [enquanto] que um tal conceito é de uma natureza geral. Mas que outra espécie de efeito pode haver?³⁸ Antes de afirmar a natureza desse efeito, será conveniente adotar uma designação para ele, e eu o chamarei de **interpretante lógico**, sem como antes, determinar se esse termo se estenderá, ou não, a alguma coisa além do significado de um conceito geral, embora com certeza proximamente a ele relacionado. Diremos que esse efeito pode ser um pensamento, isso é, um signo mental? Sem dúvida, ele pode ser isso; só que se esse signo for de uma espécie intelectual — como ele deveria ser — deve ele próprio ter um interpretante lógico; de modo que, assim, ele não pode ser o interpretante lógico **último**.³⁹

A divisão dos Interpretantes em Emocional, Energético e Lógico diz respeito aos efeitos que os signos causam naquele que os interpretam. O efeito que o signo causa no intérprete, seja um sentimento, uma ação bruta ou um pensamento está diretamente relacionado com o significado (*meaning*) veiculado pelo signo, pois trata da ação gerada através do contato com tal signo.

Peirce, no entanto, nos chama atenção no parágrafo supracitado para a incapacidade de um esforço ser considerado o significado de um conceito intelectual. A reação que o signo causa não é seu significado, mas foi garantida por ele. Enquanto o efeito do Interpretante

³⁸ CP, 5.475 (1907).

³⁹ CP, 5. 476 (1907) (Grifos do autor).

Emocional do signo é um sentimento, a mediação de tal sentimento, como diz o texto, é garantida por um esforço seja físico ou psíquico e o motivo por não poder ser o significado de um signo é devido ao seu caráter singular ou particular, enquanto que o conceito de significado deve ser entendido como pertencente de uma natureza geral.

O interpretante lógico, por designar um pensamento, trata da criação de novos signos, pelo menos de natureza mental, e estes signos, por sua vez, apresentam outros interpretantes lógicos, formando assim uma série infinita.

De maneira resumida, abordamos nesta seção a formação triádica que o conceito de signo apresenta na semiótica peirciana. Encontramos, portanto, os três correlatos do signo conforme Peirce os enunciou: o (1) primeiro correlato, ou Representamen, é aquilo que, de acordo com seus aspectos ou modos, representa algo para alguém; o (2) segundo correlato, ou Objeto, é aquilo que é representado pelo signo. Este pode ser Imediato, aquilo que é representado pelo signo em sua própria formação, ou Dinâmico, aquilo que é trazido ao entendimento pela menção feita no signo, mas que depende da experiência colateral; e, por fim, o (3) terceiro correlato, ou Interpretante, é o signo criado na mente a partir do contanto com um primeiro signo. Este, assim como o Objeto, pode ser Imediato, Dinâmico e, além desses, Final ou Normal, que pretende desenvolver todas as relações possíveis com o signo. De outras classificações de Interpretantes levantadas por Peirce, abordamos uma que diz respeito aos efeitos causados pela interpretação de um signo, a classificação do Interpretante em Emocional, cujo efeito é um sentimento, Energético, cujo efeito é uma ação bruta, e Lógico, cujo efeito é a criação de um novo signo de natureza mental.

Como a formação do signo é de natureza triádica, não quer dizer apenas que há uma correlação entre três elementos, mas que há uma relação de cada correlato com as categorias de Primeiridade, Secundidade e Terceiridade. Nosso próximo passo será investigar a relação que há entre o Representamen, o Objeto e o Interpretante com as Categorias.

2.3 A aplicação das Categorias no diagrama dos Signos

Uma vez que todas as relações que jazem no mundo são determinadas pelas categorias denominadas por Peirce como Primeiridade, Secundidade e Terceiridade, assim também o é as relações que garantem fundamento aos signos.

Vale lembrar de maneira bastante sucinta a função de cada um dos domínios representados pelas Categorias. Cabe ao domínio da Primeiridade as possibilidades ainda não realizadas. Podemos considerá-la o domínio da potencialidade, uma vez que é a partir da influência dela que resultam os existentes. Estes, por sua vez, pertencem ao domínio da Secundidade, são elementos resultantes das interações ocorrentes no estado de coisas e que não exercem ou seguem nenhuma mediação ou razão, apenas são resultados da ação cega da força bruta. O último domínio é o da Terceiridade, que representa a tendência da realidade em se generalizar e estabelecer hábitos, o que permite a mediação dos fatos por meio da semiose.

O que pretendemos aqui é analisar a característica de cada domínio da realidade presente no conceito de Signo. Com o intuito de explicitar essa relação, Peirce reescreve seu diagrama da seguinte forma:

Um **Signo**, ou **Representamen** é um Primeiro que se mantém numa tal relação triádica genuína para com um Segundo, chamado seu **Objeto**, de modo a ser capaz de determinar que um Terceiro, chamado seu **Interpretante**, assuma a mesma relação triádica para com seu Objeto que ele próprio assume para com aquele mesmo Objeto. A relação triádica é **genuína**, isto é, seus três membros estão por elas unidos entre si, de modo que ela não consista em qualquer complexo de relações diádicas. Esta é a razão pela qual o Interpretante, ou Terceiro, não pode manter-se numa mera relação diádica para com o Objeto, mas deve manter-se numa relação tal para com ele que ela seja a mesma na qual o próprio Representamen se mantém. Nem pode a relação triádica na qual o Terceiro se mantém, ser meramente similar àquela na qual o Primeiro se mantém, pois isto faria da relação que o Terceiro mantém para com o Primeiro, meramente uma secundidade degenerada. O Terceiro deve, com efeito, manter-se numa tal relação (triádica genuína), e assim deve ser capaz de determinar um terceiro de si próprio; mas ao lado disto, deve manter uma segunda relação triádica, na qual o Representamen, ou melhor, a relação deste com seu Objeto será (do Terceiro) seu próprio Objeto, e deve ser capaz de determinar um Terceiro desta relação. Tudo isso deve ser igualmente verdadeiro dos Terceiros do Terceiro e assim por diante indefinidamente.⁴⁰

Cabe ao Representamen a função de Primeiridade na tríade. Ele é o elemento de possibilidade, uma vez que é a partir das qualidades que apresenta que é possível representar seu Objeto. Portanto, é o elemento que traz a potencialidade para a tríade. Nas palavras de Silveira (2007, p. 44) “O Representamen, como primeiro, constituir-se-á numa potencialidade positiva, estando na origem do processo semiótico”. Tal característica de possibilidade permite ao Representamen, como continua Silveira (2007, p. 44), “colocar-se no lugar de qualquer outro que com ele compartilhe de, ao menos, alguma de suas qualidades”. Daí o

⁴⁰ CP, 2.274 (1903) (Grifos do autor).

caracter representativo que o Representamen possui. Uma mera qualidade pode se apresentar enquanto signo, uma vez que é capaz de representar um Objeto que apresente esta mesma qualidade.

O segundo correlato da tríade, ou o Objeto, é responsável por exercer a função da Secundidade na semiose. Este, segundo Silveira (2007, p. 44) “Sempre será um opositor que oferecerá resistência à espontaneidade do Representamen”. Como elemento de Secundidade, a função do Objeto é delimitar, através da força que exerce, o campo de representação do Representamen. Tal força se impõe de maneira irracional e cabe ao Representamen limitar-se à suas restrições, o que faz do Objeto o outro ao qual o Signo se refere.

Devido a alteridade exercida pelo Objeto e sua independência frente as representações, esse demonstra grande complexidade e por isso deve ser considerado em dois aspectos, enquanto representado no interior do signo e enquanto se relaciona com o signo através da exterioridade, resultando respectivamente nas noções de Objeto Imediato e Objeto Dinâmico (SILVEIRA, 2007. p. 46)

Por fim, o domínio da Terceiridade é representado na tríade pela função do Interpretante. Por ser a ideia resultante da representação do Objeto por parte do Representamen, o Interpretante é um elemento de mediação na tríade, é através da interpretação que resulta dessa mediação que se estabelece a generalidade do signo. Como afirma Silveira (2007, p. 48): “De todos os correlatos, é o que se responsabiliza pela maior generalização da semiose, sendo, em seu grau máximo de realização, capaz de [...] reproduzir-se infinitamente”.

Por manter em seu âmago a função criadora de signos, o Interpretante, ao se mostrar como ideia gerada a partir da interpretação de um signo, cria um novo signo e esse processo se estende ao infinito. Tal característica implicará ao Interpretante, como indica Silveira (2007, p. 49): “o maior nível de instâncias, e sua realização verá prejudicada sua generalidade máxima, por qualquer degenerescência que houver, em qualquer outra instância da semiose”. Tamanha é a complexidade do terceiro correlato que é necessário classificá-lo em Interpretante Imediato, Dinâmico e Final, além de outras classificações possíveis, como analisado neste capítulo.

Devido a natureza triádica que mantém, o Interpretante permite a atribuição das Categorias na sua própria formação. A categoria da Primeiridade, está representada pelo Interpretante Imediato, uma vez que as possibilidades interpretativas do signo são oferecidas

por este; por caracterizarem as interpretações que ocorrem de fato, os Interpretantes Dinâmicos pertencem ao domínio da Secundidade; e, finalmente, Os Interpretante Finais, enquanto uma tendência de interpretação do signo para o futuro, apresenta a continuidade de um processo, inclusive a formação de hábitos e leis, o que o caracteriza como um elemento de Terceiridade.

Na segunda tríade de Interpretantes analisada aqui, também é perceptível a presença das categorias: ao Interpretante Emocional, por se tratar de um sentimento de caráter potencial, atribui-se a Primeiridade; O Interpretante Energético, por encontrar sua natureza na reação, resultante de uma imposição, ou força bruta, apresenta os aspectos da Secundidade; por fim, o Interpretante Lógico, por estabelecer hábitos e leis diante de novos signos, é pertencente ao domínio da Terceiridade.

Peirce ao fundamentar sua definição de Signo através de suas Categorias, apresenta uma coerência muito precisa em seu pensamento. Os signos, elementos de Terceiridade mediadores da ação diante do estado de coisas, possuem uma natureza triádica, embasada nas próprias Categorias que compõem a realidade. Porém, em certo período de sua vida, Peirce parece reescrever o diagrama dos signos acrescentando um quarto correlato a estes: o significado. O mesmo fora abandonado pelo pensador. Para concluir este capítulo, apresentaremos na seção seguinte a definição de signo que parece desconsiderar a ideia de tríade.

2.4 O significado como quarto correlato do signo: breve análise do diagrama exposto no parágrafo 1.339

Peirce, no parágrafo 1.339 de seus *Collected Papers*, apresenta uma definição de signo um pouco diferente daquela que o próprio mantinha. Além do Signo, seu Objeto e seu Interpretante, o autor considera o Significado (*meaning*) um elemento necessário para todo signo e entende aquele como o que é veiculado pelo signo. Peirce reescreve seu diagrama dos signos, agora considerando o Significado, nos seguintes termos:

Um signo representa algo à ideia que produz, ou modifica. Ou, veicula para a mente algo de fora. Aquilo que representa é chamado seu **objeto**; Aquilo que veicula, seu **significado**; e a ideia que se origina, seu **interpretante**. O

objeto da representação não pode ser nada senão uma representação do que a primeira representação é o interpretante. Mas uma série interminável de representações, cada uma representando a série anterior a ela, pode-se conceber ter um objeto absoluto em seu limite. O significado de uma representação não pode ser nada senão uma representação. De fato, não é nada senão a própria representação concebida despida de uma roupagem irrelevante. Mas essa roupagem nunca pode ser despida completamente. Apenas é transformada em algo mais diáfano. Portanto, há um regresso infinito aqui. Finalmente, o interpretante não é nada senão outra representação à qual a tocha da verdade é passada. E enquanto representação, tem seu interpretante de novo. Outra série infinita.⁴¹

Uma das maiores dificuldades em trabalhar com o parágrafo supracitado é a ausência da data na qual o mesmo foi redigido por Peirce. Há alguns indícios que nos fazem compreendê-lo como construído numa fase de transição do pensamento do autor, quando este parece abandonar seu viés lógico formal e passa a propor as bases da semiótica e do pensamento, que mais tarde chamaria de Pragmaticismo.

O fato do filósofo ainda não utilizar o termo "Representamen" para definir o primeiro correlato é um desses indícios. Como se lê no texto, "um signo representa algo à ideia que produz", se analisarmos esta definição de signo a partir do texto de 1890 notaremos que esta é a função do Representamen, termo que não é utilizado nesta versão do diagrama dos signos, o que, provavelmente, o torna anterior ao pensamento desenvolvido por Peirce entre os anos de 1890 e 1914, auge da sua empreitada filosófica.

Outro indício bastante enfático é o entendimento do significado enquanto parte da natureza do signo. Neste parágrafo o significado aparece como uma espécie de correlato do signo, aquilo que ele veicula. Tal definição é encontrada apenas neste diagrama e qualquer outra ideia ligada a esta definição não há. Nos textos de sua maturidade, Peirce relaciona o significado com o Interpretante Imediato do signo, destituindo, assim, o papel exclusivo do significado no diagrama.

Ainda que pareça ter sido descartado pelo autor, o diagrama, tal como exposto neste parágrafo, apresenta alguns critérios a serem considerados, inclusive por entender o signo fora de sua habitual concepção triádica.

O signo, aqui entendido como primeiro correlato, portanto exercendo o papel encarregado ao Representamen nos textos da maturidade, carrega todo o potencial representativo dentre os correlatos e é tido por isso como primeiro. É através das qualidades

⁴¹ CP, 1.339 (sem data) (Grifos do autor).

trazidas pelo signo que é possível representar algo e compreender o signo como tal. Aquilo que é representado pelo signo, assim como no diagrama tradicional, é o seu Objeto e exerce o papel de segundo correlato. Da representação exercida pelo signo há a origem de uma ideia que é o Interpretante do signo, ou terceiro correlato.

Afora o fato da nomenclatura "Representamen" ainda não ter sido empregada, até aqui parece não haver mudanças profundas na estrutura do diagrama tal como apresenta o parágrafo 1.339 e aquele elaborado a partir de 1890. Inclusive, por aparecerem pela primeira vez nos anos posteriores a 1904, as classificações de Objeto e Interpretante em Imediato e Dinâmico, e aquele último também em Final além de suas variações, parecem nem ter sido ainda elaboradas ou se quer pensadas por Peirce. O fato que mais chama atenção é o da presença do Significado (*meaning*) como uma espécie de quarto correlato do signo.

O significado (*meaning*) está diretamente relacionado com o interpretante Imediato do signo conforme Peirce nos mostra em seus textos de maturidade. Ou ainda, é possível encontrar em alguns parágrafos uma relação do Significado (*meaning*) com o Objeto Imediato⁴². Porém, neste diagrama, o Significado não se compara diretamente com nenhum dos correlatos, ele é considerado um deles. Ele não é o que o signo representa, nem a ideia que se origina, mas sim aquilo que o signo veicula, ou melhor, é algo de fora que é veiculado para a mente, como já enunciado no próprio parágrafo 1.339.

A capacidade do signo em veicular para a mente algo de fora parece estar relacionada com a ideia de Informação que o filósofo defende em seus escritos da maturidade. Nesta fase de seu pensamento, como nos mostra Silveira & Gonzales (2014, p. 159): "A informação é descrita em termos da sua relação com os signos, entendidos como veículos de formas". Seria, portanto, um equívoco interpretar aquilo que Peirce está chamando de Significado no parágrafo 1.339 como o conceito de Informação elaborado pelo pensador em sua maturidade?

Ainda não podemos responder esta indagação e nem nos aprofundar nas implicações trazidas por esse diagrama negligenciado dos signos no qual o significado é visto como um quarto correlato. Nossa intenção foi apresentá-lo neste trabalho no intuito de atentarmos aos grandes conceitos envolvidos em sua elaboração. Por algum motivo, talvez bem mais explícito para um leitor mais atento da empreitada peirciana, o filósofo abandonou o diagrama

⁴² Tanto a relação do Significado (*meaning*) com o interpretante Imediato e com o Objeto Imediato do signo será apenas mencionada neste capítulo. Seu devido tratamento será dado nos capítulos que se seguem, sobretudo no capítulo 3 onde a natureza do Significado é o foco principal.

exposto. Num futuro trabalho, pretendemos levantar informações suficientes para encontrar respostas satisfatórias a nossas indagações concernentes a este tópico.

O intuito deste capítulo foi esboçar a perspectiva triádica que o conceito de Signo apresenta na semiótica peirciana. Através dos correlatos do signo e a correspondência que estes apresentam com as categorias propostas por Peirce, é possível perceber o papel do signo como elemento mediador da conduta frente o estado de coisas.

Cabe agora verificarmos a função que o significado exerce na mediação da conduta e propormos que a natureza deste conceito também sustenta uma abordagem triádica. Para tanto, faremos as devidas considerações no capítulo a seguir.

CAPÍTULO III - A NATUREZA TRIÁDICA DO SIGNIFICADO E O PAPEL DO RACIOCÍNIO ABDUTIVO

Apresentação

Ao longo da história do pensamento, muito foi dito acerca do conceito de significado, mas um tratamento mais detalhado deste conceito foi dado pelos teóricos da virada linguística no final do século XIX. As reflexões referentes ao âmbito da linguagem levanta, sobretudo, por Frege (1974; 2009), Russell (1978; 2007) e Wittgenstein (2010), argumentavam sobre a natureza lógica do significado e entendiam este enquanto uma imagem mental oriunda da relação necessária com o objeto pretendido. Outra vertente do conceito de significado que podemos observar na tradição é chamada por Wittgenstein (2012) vertente pragmática na qual o significado de uma palavra está ligado ao uso que dela fazemos.

Peirce, embora não situado na tradição, já apresentava uma abordagem pragmática do conceito de significado antes mesmo de Wittgenstein escrever seu *Tractatus Logico-Philosophicus*, no qual o autor ainda defendia o conceito de forma lógica e sequer dava indícios da sua teoria dos jogos de linguagem que, segundo a tradição, seria responsável por inaugurar a vertente pragmática do significado.

Embora esteja implícita em sua obra, a inovação trazida por Peirce foi a de compreender o conceito de significado diante de uma abordagem triádica com base em suas categorias. Implícita, pois Peirce não trata detalhadamente sobre a natureza triádica do significado em seus escritos, mas dá indícios que assim compreende o aspecto epistemológico de tal conceito, por exemplo, quando afirma que “[...] toda relação triádica genuína envolve significado [*meaning*], assim como significado é obviamente uma relação triádica”⁴³

Neste capítulo, apresentaremos os indícios que nos fazem propor a natureza triádica do significado com base nos escritos de Peirce, sobretudo, em seus *Collected Papers*. Começaremos apresentando a específica distinção que há na utilização dos termos "*meaning*" e "*signification*" na literatura peirciana e a forma errônea como ambos são traduzidos por

⁴³ CP, 1.345 (1897).

"significado" no Português. Tal especificidade é o primeiro indício de que Peirce compreende o significado com base em suas categorias.

O Significado (*meaning*) é o hábito despertado em nossa mente diante da percepção de um dado signo e é deste conceito que trataremos na primeira seção. Cabe ao significado mediar a ação diante do estado de coisas, pois é através da relação entre aquilo que observamos do estado de coisas e aquilo que esperamos que aconteça diante do observado que determinamos a conduta. Relacionar o signo a um hábito, ou seu significado, é procurar maneiras de proceder visando a conduta futura.

Para que possamos determinar quais hábitos são razoáveis relacionar ao signo é necessário que observemos quais as qualidades, ou possibilidades, que tal signo pode apresentar dentro da generalidade. É a estas qualidades que Peirce chama de Significação (*signification*). São as qualidades as quais a Significação nos chama atenção que buscamos em nossos hábitos para que possamos relacioná-los de algum modo com o signo percebido, assunto que compõe a segunda seção de nosso trabalho.

Pensar na Significação é considerar as possibilidades que uma dada reação pode gerar visando uma conduta futura. Uma vez que consideramos todas as possibilidades com as quais podemos significar um signo, buscamos quais das possibilidades fazem mais sentido através da mediação dos nossos hábitos. Ou seja, para significar um signo, estabelecemos um Sentido (*sense*), que pode ser entendido como o vetor de interpretação do signo que tem como fundamento a relação entre o Significado e a Significação. O Sentido trata-se de uma reação que leva em conta a organização do estado de coisas e a forma mais razoável, diante disto, de relacionar as qualidades aos hábitos, tal como expomos na terceira seção.

Na quarta seção, apresentamos a função do raciocínio abduutivo para o Pragmatismo. A abdução é responsável pela reestruturação de hábitos rompidos devido a fatos surpreendentes que venham a ocorrer. Defendemos ainda nesta seção que a abdução tem início, em um nível epistemológico, na ausência de Sentido do signo, ou seja, quando não é possível estabelecer nenhuma relação entre as qualidades apresentadas pelo signo e nossos hábitos.

Por fim, na quinta seção, tratamos das proposições cotárias, levantadas por Peirce para "afiar" a doutrina pragmatista e estabelecer sua importância para a construção de significados e sua relação com o raciocínio abduutivo.

3.1 Estabelecimento da conduta frente aos hábitos: o papel do Significado

A questão do significado na teoria peirciana possui um papel de destaque. Peirce esboça ao longo de sua obra uma caracterização do conceito de Significado (*meaning*) que está diretamente ligada à ideia de signo, portanto fundamental para a interpretação do estado de coisas e posterior estabelecimento da conduta.

Quando Peirce trata do objetivo do Pragmatismo no texto *A construção arquitetônica do pragmatismo* (1907), o filósofo antes tem o trabalho de explicar os motivos que o levaram a pensar tal doutrina como fizera:

O pragmatismo não foi uma teoria que circunstâncias especiais levaram seus autores a alimentar. Foi projetada e construída, para usar a expressão de Kant, arquitetonicamente. Assim como um engenheiro civil, antes de construir uma ponte, um navio, ou uma casa, considerará as diferentes propriedades de todos os materiais, não usará aço, pedra ou cimento que não tenham sido submetidos a testes, e os reunirá de um modo minuciosamente considerado, da mesma forma ao construir a doutrina do pragmatismo as propriedades de todos os conceitos indecomponíveis foram examinadas, bem como os modos pelos quais seria possível combiná-los. Então, tendo sido analisado o objetivo da doutrina proposta, foi ela construída a partir dos conceitos apropriados de forma a preencher aquele objetivo.⁴⁴

Peirce explica neste parágrafo a forma como o Pragmatismo não foi uma doutrina emergente do esforço de pensadores em responder alguma questão ou conjunto de questões, mas que foi pensada e planejada para dar conta de resolver os problemas filosóficos da melhor maneira possível, utilizando dos conceitos e abordagens mais eficazes.

Tal como o engenheiro utiliza materiais da sua confiança em suas construções para evitar que estas se desfaçam ou se comprometam com o passar do tempo, o pragmatista deve considerar todos os conceitos e ideias a serem utilizadas no intuito de tornar sua abordagem filosófica a mais resistente possível. Para isso, todos os objetos visados para a fundamentação, neste caso conceitos, devem ser submetidos a testes e avaliados quanto a sua eficácia para tal.

No final do parágrafo, Peirce faz menção ao objetivo da doutrina pragmatista e afirma ter fundamentado a teoria da forma como o fez para dar conta de realizar tal objetivo. O filósofo encontra o objetivo do pragmatismo na determinação do significado, conforme argumenta:

⁴⁴ CP, 5.5 (1907).

Mas, em primeiro lugar, qual é seu objetivo? O que se espera que ela realize? Espera-se que ponha um fim a essas prolongadas controvérsias entre filósofos que não podem ser resolvidas por nenhuma observação dos fatos e em que, todavia, cada uma das partes envolvidas proclama provar que a outra parte está enganada. O Pragmatismo sustenta que, nesses casos, os contendores não se entendem. Eles ou atribuem significados diferentes as mesmas palavras, ou então um dos dois lados (ou ambos) usa uma palavra sem um significado definido. O que se procura, portanto, é um método que determine o significado real de qualquer conceito, doutrina, proposição, palavra ou outro signo.⁴⁵

O parágrafo esclarece a importância do estudo do significado para Peirce. Segundo o autor, o método pragmatista foi minuciosamente estruturado para dar conta dos problemas de entendimento entre os defensores das mais diversas doutrinas, que reside, em última análise, na divergência de significados empregados pelos teóricos. A proposta pragmatista é, portanto, como determinar o significado real dos signos. No mesmo parágrafo ainda, Peirce propõe uma distinção entre o Objeto do signo e seu significado:

O Objeto de um signo é uma coisa: seu significado, outra. Seu Objeto é a coisa ou a ocasião, ainda que indefinida, à qual ele deve aplicar-se. Seu significado é a ideia que ele atribui àquele objeto, quer através de uma mera suposição, ou como uma ordem, ou como uma asserção.⁴⁶

Em 1907 o diagrama dos signos já apresentava os correlatos tal como vimos no capítulo anterior. Representamen, Objeto e Interpretante são responsáveis por sustentar a natureza triádica do signo, cada um conforme sua especificidade. Vimos ainda como o Significado deixa de ser um dos correlatos do signo, tal como o autor propôs em um parágrafo de data desconhecida. No parágrafo supracitado, Peirce reitera sua posição na qual o significado e o objeto do signo são propriedades distintas. O Objeto apresenta a mesma definição que o pensador propõe no parágrafo 2.228 de 1897 em seus *Collected Papers*. O significado é tido como a ideia que o intérprete atribui ao objeto, ou, a ideia que surge na mente daquele cujo signo se impõe. A esta ideia criada pelo signo na mente de quem o interpreta, Peirce já havia chamado de Interpretante do em diagramas anteriores. Portanto, a identidade entre Interpretante e Significado é mantida no pensamento maduro do autor.

⁴⁵ CP, 5.6 (1907).

⁴⁶ *Ibidem*.

Ambos são elementos de Terceiridade, responsáveis pela determinação da conduta frente ao signo.

Como já mencionado, Peirce atribui à doutrina pragmatista a função de possibilitar um método que determine o significado real dos signos. Portanto, não pretende com esta doutrina determinar aos signos significados universais, que sejam fixos e imutáveis, no intuito de elucidar a linguagem e o pensamento. A finalidade do Pragmatismo é propor um método que dê conta de estabelecer significados aos signos e que estes sejam bem utilizados na determinação da conduta, tal como Peirce afirma:

Mas o pragmatismo não se propõe a dizer no que consiste os significados de todos os signos, mas, simplesmente, a estabelecer um método de determinação dos significados dos conceitos intelectuais, isto é, daqueles a partir dos quais podem resultar raciocínios. Ora, todo raciocínio que não é totalmente vago, todo aquele que deveria figurar numa discussão filosófica envolve e gira em torno de um raciocínio necessariamente preciso.⁴⁷

O aspecto mais fundamental que deve ser considerado na determinação de um significado é chamado por Peirce de consideração prática⁴⁸. Podemos entender tal conceito como aquilo que devemos interpretar do signo diante da necessidade que a conduta apresenta. Por exemplo, o que poderia significar uma corda amarrada por uma de suas extremidades a um galho de árvore? Uma criança poderia interpretá-la como um balanço e se agarrar a ela de modo a começar um brincadeira. Da mesma forma, uma pessoa com tendências suicidas poderia encarar a corda como possibilidade para se enforcar. Isso, sem considerar as variações de uso que diferentes animais fariam do objeto. Portanto, o mesmo objeto, neste caso a corda, teria diferentes significados para cada indivíduo que a interpreta, de acordo com as considerações práticas condizentes com a conduta de cada um.

Uma vez analisada a importância das considerações práticas para determinar o significado de qualquer signo, Peirce elabora a máxima pragmatista atribuindo como objeto desta doutrina tais considerações:

A fim de determinar o significado de uma concepção intelectual, dever-se-ia considerar quais consequências práticas poderiam concebivelmente resultar,

⁴⁷ CP, 5.8 (1907).

⁴⁸ CP, 5.9 (1907).

necessariamente, da verdade dessa concepção; e a soma destas consequências constituirá todo o significado da concepção.⁴⁹

A máxima pragmatista mantém em sua própria construção uma definição de significado. Esta definição está ligada as considerações, ou consequências práticas que nos fazem interpretar uma dada concepção, ou signo. Uma vez levantada o total de consequências práticas, podemos considerar o dado montante de resultados como o significado da concepção. Perguntar, portanto, o que algo significa é perguntar quais considerações, ou consequências, práticas devem ser esperadas.

O significado é o guia da conduta uma vez que, de todas as possibilidades que o signo apresenta, define as mais coerentes dada a necessidade de agir, desse modo, podemos compreendê-lo, conforme a afirmação de Peirce⁵⁰: “aquilo que é significado é aquilo que é pretendido ou objetivado”. Nesta mesma linha de raciocínio, no texto *The Three Kinds of Goodness*, quando argumenta sobre a finalidade da ação ética, Peirce afirma:

É obvia a importância dessa questão para o pragmatismo. Pois se o significado de um símbolo⁵¹ consiste em como poderia levar-nos a agir, é evidente que este “como” não pode referir-se à descrição dos movimentos mecânicos que o símbolo poderia causar, mas deve ser entendido como uma descrição da ação como tendo este ou aquele Objetivo.⁵²

O Significado refere-se, conforme é possível notar, a um propósito⁵³. Propósito pode ser entendido aqui como algo que se espera alcançar, um estado que é pretendido, portanto reside no futuro. A ação do significado visa a ação futura, é uma espécie de roteiro parcial para os eventos que esperam-se vir a ocorrer. “Roteiro”, pois prescreve toda forma de ação possível diante de um determinado fato e “parcial”, pois não está finalizado, uma vez que os eventos esperados podem não se realizar, ao menos, da forma como foram preditos. É

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ CP, 5.165 (1903).

⁵¹ Peirce trata neste parágrafo de um tipo específico de signo, o símbolo. Conforme apresenta na segunda tricotomia dos signos, há três tipos de signos, quais sejam, Ícones, Índices e Símbolos. Não se pretende neste trabalho dissertar sobre a natureza de tais conceitos e isso nos leva apenas a enunciar tal distinção. Mais sobre esta divisão, assim como sobre a primeira e terceira tricotomias dos signos, pode ser encontrado no capítulo II do livro *Especulative Grammar* dos *Collected Papers* (CP, 2.227).

⁵² CP, 5.135 (1903).

⁵³ CP, 5.175 (1903).

costume comum dos moradores de áreas rurais em cidades pequenas trazerem para perto de si uma vela e uma caixa de fósforos sempre que percebem um temporal se aproximando. Nessas regiões, o abastecimento de energia elétrica é muito frágil e qualquer alteração climática pode interromper a distribuição de eletricidade. A chama da vela auxilia nas atividades enquanto a luz provinda da eletricidade está inacessível. Eis um exemplo de significado guiado por um propósito. O temporal, significa nessas circunstâncias, a falta de energia elétrica. Tal interpretação guia a conduta para providenciar uma fonte alternativa de luz, neste caso a vela. Há ainda a possibilidade da chuva não atrapalhar em nada a distribuição de eletricidade, como um exemplo de predição não realizada, mas, dificilmente, não haverá uma vela próxima em dias de temporal. Pois, uma vez compreendido um significado há a referência a um propósito e este espera ser cumprido.

Podemos afirmar, portanto, que interpretar o significado de um signo é compreender todas as ações possíveis que podem resultar dada a interação com o signo. Esse conjunto de ações que vem à mente, por sua vez, também apresenta práticas distintas, portanto, significados distintos, e são eles mesmos um novo signo. Cada ação do conjunto é um novo signo. A compreensão do significado consiste na “tradução de um signo em um outro sistema de signos”⁵⁴. Sempre que há a necessidade de interpretar um signo, de compreender seu significado, seu propósito, imediatamente o relacionamos a uma série infinita de outros signos e é da relação com estes que atribuímos o significado determinante da ação.

Diante de tantas possibilidades de interpretação de um mesmo signo, o significado que se estabelece depende das considerações práticas do signo. O que nos leva a interpretar daquele signo determinado significado e não qualquer outro é o uso que dele fazemos num dado momento. Portanto, atribuímos significados aos signos de acordo com os hábitos nos quais os signos estão envolvidos.

Peirce reservou um grande espaço em sua teoria para o estudo do hábito e a forma como este influencia na conduta. De acordo com as categorias, o hábito é um elemento de Terceiridade, ou seja, uma lei geral, que permite aos seres determinarem a conduta diante do estado de coisas, visando um resultado já predito. É com base na ação exercida pelo hábito que toda realidade se mantém.

⁵⁴ CP, 4.127 (1893).

Em *How to make our ideas clear*, Peirce⁵⁵ afirma que “[...] a função global do pensamento consiste em produzir hábitos de ação”, logo o motivo de qualquer ser pensar é estabelecer qual a melhor maneira possível de agir em dada situação e uma vez que o hábito se cristaliza, o pensamento já não parece ser mais necessário. Tomemos como exemplo o ato de dirigir. No início de nossas atividades como motoristas analisamos atentamente todas as etapas de manejo do automóvel. Desde a ignição ao uso da embreagem, são atividades que passam pelo crivo atento de nossa percepção, o que nos impele até mesmo, a olhar nos pedais sob nossos pés quando procuramos pelo freio, por exemplo. Com o passar do tempo, toda essa difícil empreitada se torna mecânica e somos capazes de conduzir um automóvel sem dar muita atenção ao complexo de atividades motoras exigidas. Ou seja, há o estabelecimento de um hábito de conduta que pouco oferece espaço para o pensamento uma vez que já se encontra bastante cristalizado, embora sempre haja espaço para a novidade. Dirigir é agora uma atividade sem muitas novidades na qual a rápida olhadela para garantir estar pisando no pedal correto não é mais necessária.

Ainda discutindo a relação entre hábitos e pensamentos, Peirce afirma sobre os significados destes últimos:

Para desenvolver [do pensamento] o seu significado, temos, portanto, de simplesmente determinar quais os hábitos que produz, pois o que uma coisa significa são simplesmente os hábitos que ela encerra. Ora a identidade de um hábito depende de como ele nos induz a agir, não só nas circunstâncias em que provavelmente surgiram, mas também naquelas que poderão ocorrer, não importa quão improváveis elas sejam.⁵⁶

Como enuncia o parágrafo, uma coisa significa os hábitos aos quais ela nos remete. Portanto, o significado de um signo é o hábito que este desperta na mente. Eis o motivo do uso do signo, que é um elemento do hábito, influenciar no estabelecimento do significado. Mesmo que interpretar um signo seja traduzi-lo em outro sistema de signos, os signos levantados para tanto só serão aqueles que dizem respeito aos hábitos do intérprete. O significado é o elemento direcionador da ação por nos mostrar a qual de nossos hábitos devemos recorrer em uma dada situação, mesmo que pensada no futuro.

⁵⁵ CP, 5.400 (1877, 1893).

⁵⁶ *Ibidem*.

A divergência de significados dos signos que ocorrem sob o olhar de dois intérpretes diferentes é aqui explicada pela particularidade no hábito de cada um. O uso de um mesmo signo é interpretado de maneira diferente e até mesmo contrária entre intérpretes diferentes, devido a experiência colateral que pode não ser a mesma entre eles. Se o significado que atrelamos ao signo é garantido pela prática, a divergência de práticas referentes ao mesmo signo apresenta papel singular para entender a identidade do significado. Ciente disso, Peirce afirma:

Aquilo que o hábito é depende do quando e do como ele nos leva a agir. No que toca ao quando, qualquer estímulo para a ação provém da percepção; no que toca ao como, todo o objetivo da ação é o de produzir um resultado sensível. Assim, chegamos ao que é tangível e concebivelmente prático como sendo a raiz de qualquer distinção real do pensamento, independentemente de quão sutil ele for; e não há distinção de significado por mais fina que seja que não consista numa possível diferença da prática.⁵⁷

A ação desencadeada pela interpretação de um significado é referente à ação predita na forma do hábito. Assim como elucidada o parágrafo supracitado, o estímulo que demanda uma ação provém da percepção e o papel da percepção é extrair informações do meio de modo a resultar num ajuste do organismo às condições estabelecidas em seu ambiente, uma vez que “Percepção é a possibilidade de adquirir informação, de significar mais”⁵⁸.

Estimulada a necessidade da ação pelos motivos apresentados pela percepção, há a produção de um resultado sensível, ou seja, um esforço que influenciará no estado de coisas de maneira a alterá-lo. A distinção de significados reside na ação dos intérpretes frente à percepção advinda do signo, reside na maneira, portanto, como decidem influenciar no estado de coisas. Uma vez que o significado de um signo é a ação que dele resulta, a divergência de significados está ligada às diferentes práticas provindas de uma mesma percepção.

O significado, diante de todas as informações expostas pode ser entendido como o programa de conduta que o signo nos leva a realizar. Tal programa é traçado na mente do intérprete devido à ação do Interpretante. No texto peirciano, podemos encontrar a descrição de Interpretante Imediato enquanto possuindo uma identidade com o conceito de Significado, conforme podemos ler:

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ CP, 7.587 (1866).

Em relação ao Interpretante nós temos que distinguir igualmente, em primeiro lugar, o Interpretante Imediato, o qual é o interpretante tal qual é revelado no entendimento direto do próprio signo, e é comumente chamado o **Significado** [*meaning*] do signo. Enquanto, em segundo lugar, nós temos que tomar nota do Interpretante Dinâmico o qual é o efeito real que o Signo, enquanto Signo, realmente determina.⁵⁹

Uma vez que a caracterização dos Interpretantes do signo já foi feita no capítulo anterior, cabe aqui discursarmos apenas sobre a relação destes com o Significado. Segundo demonstra o texto de Peirce, aquilo que chamamos de significado é apenas um nome comum ao Interpretante Imediato do signo. O significado, ao determinar um roteiro de ação frente ao signo, o faz levando em consideração hábitos de conduta que o signo desperta na mente.

Recorrendo ao verbo *to mean*, Significado é a intencionalidade do signo na determinação da conduta, ou seja, aquilo que ele pretende dizer, logo caracterizado como Interpretante Lógico Imediato, potencial, do signo. No processo semiótico, tal potencialidade se realiza, efetivando desse modo a fatural interpretação do signo na determinação dos Interpretantes Dinâmicos. Dado o caráter evolutivo do pensamento, tende o signo ao Interpretante Final na busca de realizar, na relação com o Objeto Dinâmico, a plenitude, ou a Verdade, de seu Significado.

3.2 A potencialidade do signo: as qualidades como Significação

Embora traduzida e interpretada também como “significado”, a Significação, tradução que usaremos para *signification*, apresenta características próprias que a diferem do conceito de *meaning*. Se analisada à luz da teoria peirciana, a distinção entre esses dois conceitos se torna fundamental.

No processo semiótico, o signo, para que possa ser interpretado, isto é, para que seja relacionado a hábitos de conduta já concretizados, deve apresentar certas características que são compreendidas pelo seu intérprete como qualidades potências. Na tentativa de relacionar o signo a algum hábito, buscamos quais das qualidades que este demonstra ter são relacionáveis à forma geral dos hábitos que mantemos. Este processo é o que permite, por

⁵⁹ CP, 4.536 (1905) (Grifos do autor).

exemplo, que utilizemos uma pedra grande com o topo achatado para sentar; ou que saibamos, através do cheiro, ou sabor, se a comida está boa para o consumo.

Analisando o primeiro exemplo, não é raro que façamos uso de objetos em ocasiões que aparentemente não são de sua natureza. O motivo de sentarmos em uma pedra com o topo achatado é que percebemos, justamente por ter o topo de tal forma, a possibilidade de relacionar o objeto ao hábito de sentar. Esta mesma característica permitiria que apoiássemos uma câmera para fazer uma fotografia, ou nos serviria de palco para uma apresentação improvisada. O processo é o mesmo quando alguém utiliza uma cadeira para se defender de um agressor, ou quando uma lápis serve para prender os cabelos tal como fariam as gueixas com seus palitos de madeira.

O segundo exemplo não envolve questões de criatividade como o primeiro, mas se mostra mais ligado ao instinto. Comidas estragadas, no geral, possuem odor e sabor bastante característicos. Estes também podem ser entendidos como qualidades e é através delas que agimos sobre o objeto. O efeito da cor de uma fruta é o mesmo. No caso de uma banana, se estiver verde, tal qualidade remete ao fato de não estar pronta para o consumo, mas, através da criatividade, podemos cortá-la em fatias finas e fritá-la, com base nas qualidades da batata frita.

A gama de exemplos que aqui poderiam ser usados é muito grande, uma vez que a qualidades são inesgotáveis. Segundo Peirce:

Qualidades não são, propriamente falando, indivíduos. Todas as qualidades que você realmente já pensou poder, sem dúvidas, ser contadas, já que você só esteve vivo por um certo número de centenas de segundos, e isto requer mais do que uma centena de segundos, na verdade, para ter qualquer pensamento. Mas todas as qualidades, qualquer uma que você possa pensar prontamente, são certamente inumeráveis; e todas podem ser pensadas exceder, estou convencido, qualquer multidão. Por elas serem meras possibilidades lógicas, e possibilidades são gerais, e nenhuma multidão pode esgotar o tipo mais estreito de um geral. No entanto, dentro das limitações, que incluem a maior parte dos propósitos comuns, qualidades podem ser tratadas como indivíduos. De qualquer forma, no entanto, eles formam um universo de existência totalmente diferente. É um universo de possibilidade lógica.⁶⁰

Neste parágrafo, Peirce apresenta as qualidades como os elementos que representam o universo das possibilidades, logo, dizem respeito ao domínio da Primeiridade. Dizer que as

⁶⁰ CP, 4.514 (1903).

qualidades são inesgotáveis, é sinal da forma como o signo pode representar conteúdos diversos diante da conduta de cada indivíduo que o interpreta, pois as qualidades se encaixam de maneira diferente no hábito de cada um. Na tentativa de conhecer o objeto, buscamos predizer dele todas as possibilidades que possam ocorrer, mas buscar por essas possibilidades significa buscar por suas qualidades e estas são, como o afirma o texto, inesgotáveis. Portanto, a tentativa de conhecer todos os aspectos do objeto, ou aquilo que ele pode oferecer, é uma pretensão que parece não ter fundamentos.

Tal como afirma Peirce⁶¹: “Qualidade é o elemento monádico do mundo. Qualquer coisa que seja, no entanto complexa e heterogênea, possui suas qualidades *sui generis*, suas possibilidades de sensação, nossos sentidos só responderiam a elas”. Cabe aos sentidos perceberem as qualidades dos objetos e, a partir das informações obtidas, decidimos como interpretá-las de acordo com a exigência dos estado de coisas.

É necessário, portanto, que consideremos, além do hábito no qual inserimos o signo para interpretá-lo, também suas qualidades, ou aquilo que percebemos do signo para relacioná-lo aos hábitos. Tal como afirma Peirce:

Todo representamen está relacionado ou é capaz de ser relacionado com uma coisa reagente, seu objeto, e todo representamen incorpora, em algum sentido, alguma qualidade que pode ser chamada de sua significação, que é aquilo que no caso de um substantivo comum, J.S. Mill chama de sua conotação, uma expressão particularmente questionável.⁶²

O Representamen, como o texto peirciano afirma, incorpora alguma qualidade a qual o pensador chama de Significação. Esta qualidade permite ao representamen representar algo em potencial ao seu intérprete e é através da influência dela que há a determinação de um hábito no qual o Representamen será inserido para sua compreensão.

Uma árvore, enquanto representamen, possui uma gama de qualidades potenciais muito grande e variável. Para o marceneiro, serve de matéria prima para uma cadeira ou mesa; para o dendrologista, apresenta uma enorme variedade de informações possíveis; para o roedor que foge da presa, pode ser um abrigo; para uma criança em meio a uma brincadeira, um esconderijo ou objeto de escalada; para um grupo de pássaros, um bom hotel para a pernoite. Em suma, o Representamen oferece qualidades que são percebidas por seus

⁶¹ CP, 1.426 (1896).

⁶² CP, 5.138 (1903).

intérpretes e ajustadas conforme o propósito de cada um. Portanto, o Significado não é a Significação, ele a pressupõe.

Em suma, a Significação é um elemento de fundamental importância para o Pragmatismo uma vez que é a partir das qualidades que nos chamam atenção nos Representamentos que somos levados a interpretá-los, ou seja, inserir-los em nossos hábitos. São, portanto, as bases de composição do significado.

Os hábitos estão representados na forma geral dos signos e compõem o Significado destes. O que possibilita ao signo ser representado dentro de um hábito são as qualidades, ou Significação, que estes apresentam. As qualidades são entendidas aqui como os elementos predicáveis do signo, características pelas quais os relacionamos às formas gerais.

Até aqui podemos perceber a ação de dois aspectos da realidade que compõe a forma de interpretação do signo: as qualidades, elementos de potencialidade do qual partimos para identificar uma possível classificação para o signo; e os hábitos, elementos gerais, cuja natureza é a da regularidade, nos quais buscamos relacionar as qualidades do signo para interpretá-los. Encontramos em nossa descrição do conceito de Significado elementos de Primeiridade e Terceiridade. É necessário que tratemos, entre as qualidades e os hábitos, daquilo que caracteriza sua relação, isto é, o elemento de Secundidade componente da tríade. Encontramos a competência da categoria da Secundidade no Sentido (*sense*) do signo.

3.3 O vetor de interpretação do signo: a ação do Sentido

Embora seja mencionado em diversos parágrafos dos *Collected Papers*, os quais tratam dos mais variados temas, o conceito de Sentido, tradução que usaremos para o termo *sense*, não apresenta uma definição, o que torna seu estudo ainda mais complexo. Porém, a temática do Sentido é sempre trazida às discussões, e deve ser considerada.

Na tentativa de caracterizar a função de tal conceito para o Pragmatismo, propomos interpretá-lo à luz de uma perspectiva triádica, na qual o Sentido é entendido como o vetor de interpretação do signo, uma vez que é em função deste que as qualidades apresentadas pela Significação são relacionadas aos hábitos representados pelo Significado.

Na tentativa de apresentarmos a influência do Sentido no Significado de uma proposição podemos ler:

Na proposição particular necessária e na proposição universal possível há, por vezes, uma distinção entre os sentidos “compostos” e os sentidos “divididos”. “Algum S deve ser P”, tomado no sentido composto, significa [*means*] que não há caso algum, em toda gama de ignorância, em que algum S ou outro não é P; porém, tomado no sentido dividido, significa [*means*] que há algum S, S este que permanece P através de toda a gama de ignorância. Assim, “Qualquer S que possa ser pode ser P”, tomado no sentido composto, significa [*means*] que, na gama de ignorância, há algum estado de coisas hipotéticos (ou possa ser o único caso não identificável verdadeiro embora, este dificilmente possa ser o único caso assim) no qual ou não há S algum ou todo S que houver é P; enquanto que no sentido dividido, significa [*means*] que não há S algum em qualquer estado hipotético senão aquele que, em algum estado hipotético ou outro, é P. Quando há um divisão desse tipo, o sentido dividido afirma mais do que o composto nas proposições particulares necessárias, e menos nas universais possíveis.⁶³

Peirce afirma neste parágrafo como o sentido em que a proposição é entendida influencia diretamente naquilo que ela significa. Neste caso o verbo utilizado é *to mean*, o que indica relação com a estrutura do Significado, diferentemente de *to signify*, cujo emprego demonstraria relação com a Significação. A determinação do Significado, ao invés da Significação, é influenciada pelo Sentido, porque a mudança de Sentido indica a mudança de hábitos a serem levados em consideração sem, necessariamente, serem alteradas as qualidades do Representamen.

É com base neste argumento que consideramos o Sentido como elemento indicador dos hábitos a serem relacionados às qualidades que os Representamens mantêm de modo a interpretá-los dentro de um dada situação. Esta “dada situação” representa um complexo de relações interligadas que determina um estado de coisas no qual são necessários certos ajustes e ações, de acordo com suas exigências, para que possamos atuar sobre ele. Quando buscamos o Sentido de um Representamen para interpretá-lo, buscamos quais as relações dadas no estado de coisas este Representamen apresenta em sua formação e, a partir de então, direcionamos a conduta tendo como base nossos hábitos que melhor se relacionam com o Sentido no qual o Representamen é tomado, ou seja, que melhor predizem as possibilidades que a existência do Representamen, naquele lugar e naquele momento, pode concretizar.

Não é raro ouvirmos sobre situações nas quais brasileiros, em um país de língua inglesa, quando se deparam com o termo *push* em uma porta imediatamente a puxam na esperança que ela se abra. Inevitavelmente a porta permanece imóvel, uma vez que o correto é

⁶³ CP, 2.382 (1901).

empurrá-la. O que acontece é que na própria forma do símbolo *push* reconhecemos qualidades que o “puxe” apresenta, inclusive por questões fonéticas. Erroneamente, somos levados a puxar a porta, pois é a este hábito que a conduta, neste caso dos brasileiros, responde em um primeiro momento. É pelo fato de *push* estar escrito em uma porta, que cruzamos suas qualidades com as de puxar. Há um Sentido que nos impele a julgar correlata a ação que estamos prestes a realizar àquelas que realizamos no passado. O Sentido indica uma relação de aderência entre as qualidades da Significação e os hábitos representados pelo Significado.

Aquilo que chamamos de tríade do Significado, conforme expressa nosso trabalho, reside na influência das três categorias na maneira como interpretamos os signos. Primeiridade, Secundidade e Terceiridade podem ser reveladas na ação respectiva de Significação, Sentido e Significado. O primeiro diz respeito as qualidades disponibilizadas pelo signo as quais usamos para interpretá-lo. O segundo determina a relação entre as qualidades e hábitos e deve ser entendido como o vetor para a ação. Finalmente o terceiro, enquanto elemento geral da tríade, recorre a um hábito de conduta no qual o signo é interpretado.

Podemos afirmar a partir dessa hipótese que aquilo que nos impele para o futuro é a presença de Sentido em nossas interpretações, ou seja, o ato de significarmos um signo, a partir das qualidades que este demonstra, e guiarmos nossa conduta com base naquilo que julgamos estar em harmonia com as exigências do estado de coisas.

Porém, é extremamente comum, já que nossas interpretações se mostram falhas e muitas vezes não representam corretamente a totalidade daquilo que o signo propõe, que nos deparemos com signos sem Sentido, ou cujo Sentido pressupomos de maneira equivocada. O exemplo do signo *push* na porta é um deles. A conduta, assim que suscitada, detecta que há um grau de desarranjo na predição e é incapaz de se concretizar, uma vez que não alcança seu fim, ou o resultado esperado. Neste caso, fazer com que a porta se abra. Ainda analisando o mesmo exemplo, apenas os hábitos já constituídos não foram suficientes para dar conta das qualidades trazidas pelo signo e a ação fica desordenada por não possuir referência prévia de reação. Se inicia, a partir de então, um processo de reestruturação dos hábitos no intuito de compreender a anomalia ocorrida.

O exemplo do desentendimento entre a palavra *push* e sua verdadeira proposta, pode parecer bastante simples para levar a uma discussão tão grande, e de fato é, mas podemos atrelar este mesmo princípio de reajuste dos hábitos na ausência de Sentido a todas as

instâncias da semiose. Afinal, o que motiva a uma ciência renovar suas hipóteses se não a incompetência de seus fundamentos em explicar novos fenômenos emergentes? Em outros termos, qual outro motivo causaria uma modificação na estrutura de uma ciência se não a insuficiência dos hábitos em representar as qualidades que os fenômenos apresentam?

Quando há a ação de um elemento surpreendente, isto é, que não estava prevista na estrutura do hábito, há também a desestabilidade do sistema, que procura, de algum modo, se estabilizar novamente, e para isso, inicia-se o raciocínio chamado por Peirce de Abdução, que tem como função oferecer uma explicação para o fenômeno surpreendente e assim renovar a ordem no sistema. Nossa hipótese é que a percepção do fenômeno surpreendente se dá na ausência de Sentido. A partir daí, o raciocínio Abduutivo tem início e é sobre ele, e sua relação com o Sentido, que dissertaremos na próxima seção.

3.4 Raciocínio abduutivo e a busca por Sentido

Desde os gregos clássicos, as formas de raciocínio já haviam sido caracterizadas e estabelecidas enquanto Dedução, Indução e Abdução, ou Retrodução⁶⁴. A partir de então, os filósofos valorizaram cada uma delas conforme sua visão de mundo e se apoiavam sobre elas para propor suas teorias. Os gregos e filósofos medievais faziam uso do raciocínio dedutivo, enquanto os empiristas do século XVII perceberam a especificidade da Indução no desenvolvimento científico e conclusão de hipóteses, por exemplo.

Peirce, em seu tempo, retoma a fundamental importância que Abdução apresenta para a lógica, uma vez que se trata do levantamento de hipóteses a serem testadas. De acordo com o pensamento peirciano, a Abdução é o início de qualquer processo de descoberta. Após o levantamento de hipóteses, há a escolha das mais plausíveis para a explicação do fenômeno por via dedutiva, por fim, as selecionadas são postas à prova através do método indutivo. Sobre a Abdução em relação aos outros dois raciocínios, Peirce afirma:

Abdução, é o processo de formação de uma hipótese explanatória. É a única operação lógica que apresenta uma ideia nova, pois a indução nada faz além de determinar um valor, e a dedução meramente desenvolve as consequências necessárias de uma hipótese pura. A dedução prova, que algo

⁶⁴ CP, 1.65 (1896).

deve ser; a Indução mostra que alguma coisa é realmente operativa; a Abdução simplesmente sugere que alguma coisa pode ser. Sua única justificativa é que a partir de suas sugestões a dedução pode extrair uma predição que pode ser verificada por indução, e isso, se é que nos é dado aprender algo ou compreender os fenômenos, deve ser realizado através da abdução.⁶⁵

Peirce não adota apenas a Abdução como raciocínio exclusivo da descoberta científica, embora sua importância seja explícita para o autor. Cabe a este raciocínio iniciar a busca por respostas válidas para a explicação de fenômenos anômalos, mas tanto raciocínios dedutivos quanto indutivos são fundamentais para a concretude das teorias. As respostas que podem solucionar o problema devem ser testadas. Portanto, o processo abduutivo não se encerra ao propor hipóteses, mas sim, após a verificação da validade destas.

Sobre a natureza da Abdução, Silveira & Gonzales (2014, p.153) discorrem:

Peirce argumenta que a abdução se inicia sempre que um fato surpreendente ou anômalo é observado e interrompe uma cadeia de hábitos bem estabelecidos, introduzindo uma dúvida real na mente. Esse processo, o qual pode não ocorrer apenas na ciência, mas também na maioria dos aspectos da vida, não termina até que um novo hábito ou hipótese possam ser criadas e façam a dúvida inicial ou sentimento de surpresa desaparecer.

Todas nossas ações possuem como base hábitos incorporados, que nos permitem generalizar os aspectos da realidade e predizer diante do estado de coisas as consequências possíveis. Este processo preditivo ocorre nas mais variadas instâncias da vida, inclusive estende-se para a natureza de um modo geral, não sendo exclusivo aos seres humanos. Porém, as predições podem não se concretizar caso um fato anômalo, que não é regular na cadeia de hábitos, seja observado.

A ação de uma anomalia na cadeia de hábitos causa uma desestabilidade na forma como a conduta é representada frente ao estado de coisas. Para recuperar a estabilidade, é necessário que o fenômeno surpreendente ou o fato anômalo seja explicado de modo a se tornar suficientemente representado pelo hábito, dessa forma, numa próxima ocasião, seus efeitos também serão preditos. A necessidade de reestabilizar a cadeia de hábitos é a chave para o raciocínio abduutivo. A abdução sugere hipóteses que possam dar conta de explicar o fato surpreendente. Sobre as hipóteses levantadas pela abdução, Peirce afirma:

⁶⁵ CP, 5.171 (1903).

O que é a boa abdução? Como deveria ser uma hipótese explanatória a fim de merecer a classificação de hipótese? Naturalmente, ela deve explicar os fatos. Mas, que outras condições deve preencher para ser boa? A questão da excelência de alguma coisa depende de se essa coisa preenche seus objetivos. Portanto, qual é o objetivo de uma hipótese explanatória? Seu objetivo é, apesar de isto estar sujeito à prova da experiência, o de evitar toda surpresa e o de levar ao estabelecimento de um hábito de expectativa positiva que não deve ser desapontada. Portanto, qualquer hipótese pode ser admissível, na ausência de quaisquer razões especiais em contrário, contanto que seja capaz de ser verificada experimentalmente, e apenas na medida em que é passível de uma tal verificação. É esta, aproximadamente, a doutrina do pragmatismo.⁶⁶

A Abdução, tal como afirma o parágrafo, tem como finalidade ajustar nossos hábitos na tentativa de predizer o máximo de reações possíveis de modo a determinar a conduta com base nisso. Analisada esta afirmação, podemos perceber o objeto do Pragmatismo enraizado nela. O Pragmatismo possui grande esmero pela conduta e é para ela que constrói toda sua arquitetura, pensando em como melhor efetivá-la. A Abdução apresenta o papel mais fundamental para essa doutrina, uma vez que os significados emergem da ação deste raciocínio.

Num nível ontológico, o rompimento de uma cadeia bem estabelecida de hábitos é o fator que dá início ao processo abduutivo. Porém, a percepção deste rompimento se dá num nível epistemológico, ou seja, quando o intérprete compreende a carência da parte de seus hábitos na representação do fenômeno. A pretensão de nossa hipótese é explicar o aspecto epistemológico da Abdução, através da tríade do Significado tal como propomos na primeira seção de nosso trabalho.

Percebemos a ruptura em nossos hábitos quando os significados que atribuímos ao estado de coisas não são suficientes para representar algum fenômeno que por ventura venha a emergir. Representar é utilizado aqui no sentido de predizer de modo positivo as possibilidades do signo. Tomando como base a constituição triádica do Significado, hábitos só são relacionados ao signo de acordo com as qualidades que este possui, ou sua Significação. Quando a relação predita nos hábitos satisfaz as exigências impostas pela Significação diante da interpretação do signo, podemos afirmar que há Sentido. Desta forma, temos uma relação triádica genuína, uma vez que as qualidades são compreendidas com base na mediação de hábitos tendo em vista uma finalidade para ação.

⁶⁶ CP, 5.197 (1903).

A relação se degenera quando a mediação realizada pelos hábitos na interpretação das qualidades não representa nada para as exigências do estado de coisas. Portanto, afirmamos não haver sentido. Quando nossos hábitos não representam suficientemente as qualidades do signo, ou seja, algo foge de nossa possibilidade de interpretação, dizemos se tratar de um fato anômalo. Logo, podemos afirmar que na ausência de Sentido percebemos um rompimento na cadeia de hábitos e, a partir de então, se inicia o processo abduativo.

O processo abduativo só chegará ao seu fim, quando encontrada uma explicação razoável para o acontecimento do fenômeno e esta passar a ser representada pelo Significado. Desse modo, o fenômeno que antes era anômalo passa agora a fazer Sentido. Isto não implica na infalibilidade da hipótese, pois há a possibilidade de compreendermos de maneira errada o fenômeno, mesmo assim, desde que ele se adeque de algum modo aos nossos hábitos, fará Sentido. O Sentido não se sustentará caso uma outra anomalia seja presenciada, neste caso, o processo se inicia novamente, algo que ao longo da vida chamamos de aprendizado.

3.5 Significado e abdução nas proposições cotárias

Peirce, após estruturar a doutrina pragmatista, enuncia três proposições, que segundo ele, dão ao Pragmatismo seu aspecto peculiar, as quais chamou de proposições cotárias, uma vez que *cos*, ou *cotis* faz referência a uma pedra de amolar e, para o pensador, tais proposições parecem afiar a máxima do Pragmatismo ⁶⁷.

A primeira proposição cotária que sustenta a doutrina pragmatista é, tal como Aristóteles (2010) já havia proposto “*Nihil est in intellectus quod non prius fuerit in sensu*”⁶⁸. Embora Peirce concorde em primeira análise com a afirmação de Aristóteles, propõe especificidades no uso de tal sentença para o Pragmatismo. Segundo Peirce⁶⁹ “Por *intellectus* entendo o significado de qualquer representação em qualquer tipo de cognição, virtual, simbólica, ou seja como for”. Uma vez que significado está diretamente ligado ao hábito,

⁶⁷ CP, 5.180 (1903).

⁶⁸ “Não há nada no intelecto que não esteve primeiro nos sentidos” (Trad. nossa).

⁶⁹ CP, 5.181 (1903).

podemos afirmar que por *intellectus*, Peirce toma a forma como os signos são representados dentro de um programa de hábitos bem definidos.

Ainda no mesmo parágrafo, o pensador continua: “Quanto ao outro termo, *in sensu* tomo-o no sentido de num juízo perceptivo, o ponto de partida ou primeira premissa de todo o pensamento crítico e controlado”. Um juízo perceptivo, tal como afirma Peirce⁷⁰ é “um juízo afirmando, em uma forma proposicional, o que é uma característica de um percepto diretamente presente na mente”. É, portanto, através do juízo perceptivo que percebemos o estado de coisas, pois seu papel é apresentar as características que o percepto, ou aquilo que é percebido, possui. Cria, desse modo, uma premissa da qual partimos para analisar, ou julgar, um dado fato.

A primeira proposição cotária, resumidamente, apresenta a construção do significado com base na ação dos juízos perceptivos. É necessário perceber as qualidades do mundo e criar de acordo com elas, hábitos que nos auxiliem na interação com o estado de coisas. Portanto, não há nada em nossos hábitos que antes não tenha passado pelo crivo de nosso juízo perceptivo.

A segunda proposição cotária afirma, de acordo com Peirce⁷¹, que “os juízos perceptivos contém elementos gerais”. Tal característica dos juízos perceptivos é o que permite que possamos deduzir proposições universais a partir deles, que oferecem num primeiro momento apenas proposições particulares, ou seja, aquilo que dizem sobre o percepto em questão.

O termo Geral trazido aqui pelo autor é a forma como Peirce pretende tratar os Universais, objetos de grande discussão na Filosofia Medieval⁷². A definição que Peirce⁷³ apresenta de Geral, toma emprestada de Aristóteles, por considerá-la bastante boa, segundo a qual “*é quod aptum natum est praedicari de pluribus*⁷⁴”. A lógica percebeu em seu desenvolvimento que todo juízo possuía um predicado e que este é geral.

⁷⁰ CP 5.54 (1903)

⁷¹ CP 5.181 (1903)

⁷² CP 2.367 (1901)

⁷³ CP 5.151 (1903)

⁷⁴ “Aquilo que possui uma aptidão inata para ser predicado de muitas coisas” (Trad. nossa)

Para Exemplificar o caráter geral do percepto, Peirce⁷⁵ desenha, com base em um desenho semelhante que seu pai havia feito em uma de suas conferências, a imagem aqui representada:



A figura consiste em uma linha em forma de serpentina, mas que devido a forma como é completada, lembra a formação de uma muralha de pedras. Os dois modos de percebermos o desenho, assim como qualquer outro modo que possamos imaginar, são modos gerais de classificar a linha. A preferência em nossa percepção de classificar a linha em uma forma ou outra, demonstra que tal classificação está contida no juízo perceptivo⁷⁶.

A terceira proposição cotária é a de que a inferência abdutiva se transforma no juízo perceptivo sem que haja uma linha clara de demarcação entre eles, Tal como afirma Peirce:

Nossas primeiras premissas, os juízos perceptivos, devem ser encarados como um caso extremo das inferências abdutivas, das quais diferem por estar absolutamente além de toda crítica. A inferência abdutiva advém-nos como num lampejo. É um ato de introversão [*insight*], embora de uma introversão extremamente falível. É verdade que os diferentes elementos da hipótese já estavam em nossas mentes antes, mas é a ideia de reunir aquilo que nunca tínhamos sonhado reunir que lampeja a nova sugestão diante de nossa contemplação.⁷⁷

⁷⁵ CP, 5.182 (1903).

⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷ CP, 5.181 (1903).

De acordo com a terceira proposição cotária, o juízo perceptivo é um caso de inferência abdutiva, ou seja, uma espécie de hipótese que explique, mesmo que de modo provisório, o fenômeno percebido. Como afirma o parágrafo, percebemos que o juízo perceptivo deixa de ser uma abdução quando aquilo que percebemos independe de qualquer crítica consciente. Ou seja, enquanto no processo abduativo levantamos hipóteses e julgamos quais delas são mais plausíveis na explicação do fenômeno, o juízo perceptível é aquele que oferece as hipóteses para alimentar a busca por respostas da abdução.

O próprio juízo perceptivo é o resultado de um processo não controlável e, portanto, não totalmente consciente. Segundo Peirce⁷⁸, se tal processo fosse submetido a uma análise lógica, ele terminaria naquilo que a análise representaria como uma inferência abdutiva, que se apoiado sobre o resultado de uma análise lógica similar, terminaria em uma inferência abdutiva similar, e assim por diante *ad infinitum*. Logo, o juízo perceptivo, que é a base para fornecer hipóteses que alimentem o processo abduativo em um nível consciente, é ele mesmo resultado de um processo abduativo, embora não totalmente consciente.

Ao que podemos ver, as proposição cotárias são pressupostos dos quais a doutrina pragmatista parte em sua empreita filosófica. A ação dos juízos perceptivos é a base para a construção de qualquer significado, conforme indica a primeira proposição cotária, e é por conta disto que oferecemos atenção a este tópico neste capítulo.

A função dos juízos perceptivos é compreender as qualidades que o percepto apresenta, isto é, define, com base na sua própria forma, qual a característica que nos permite representar o percepto dentro dos hábitos, portanto lida com a Significação. As qualidades são elementos gerais e o que permite aos juízos perceptivos representá-las é, conforme indica a segunda proposição cotária, que eles próprios contêm elementos gerais. Dessa forma, são capazes de representar qualidades presentes no percepto, de modo a relacioná-las àquelas contidas na forma dos hábitos.

Conforme enuncia nossa proposta, há Sentido na interpretação dos signos quando as qualidades que estes apresentam correspondem com a forma que estão representadas em nossos hábitos. De um ponto de vista epistemológico, o papel do raciocínio abduativo é garantir o Sentido aos signos.

⁷⁸ *Ibidem.*

De acordo com as proposições cotárias, os juízos perceptivos são hipóteses que nos dizem como interpretar o percepto. Analisados sob a perspectiva que apresenta nosso trabalho, os juízos perceptivos buscam Sentido ao interpretar o percepto, uma vez que se tratam do resultado de um processo abduativo em um nível não totalmente consciente, como afirma a terceira proposição cotária.

Apresentamos neste capítulo duas das mais fundamentais questões do Pragmatismo e a forma como estas estão intrinsicamente ligadas. O raciocínio abduativo, enquanto responsável por reestabilizar hábitos rompidos, apresenta o papel de garantir a genuinidade na tríade do Significado.

A tríade é garantida pela Significação, ou qualidades que os signos apresentam; Significado, ou hábitos nos quais as qualidades são representadas; e Sentido, ou vetor que tende a interpretação do signo com base na relação entre qualidades e hábitos. Uma vez que não seja possível estabelecer uma relação clara entre as qualidades e os hábitos, podemos afirmar que não há Sentido na interpretação do signo e se inicia o raciocínio abduativo na tentativa de solucionar a ausência deste correlato na tríade.

Os juízos perceptivos, tal como apresentados nas proposições cotárias, são as portas de entrada para qualquer percepção acerca do estado de coisas, mantendo fundamental importância para a construção do Significado devido a sua capacidade de levantar as qualidades do percepto. Já que as proposições cotárias são fundamentais para “afiar” a doutrina pragmatista, coube analisá-las e apontar a relação que mantém com o problema que levantamos em nosso trabalho, qual seja, sua função frente a tríade do Significado e o raciocínio abduativo.

No próximo capítulo, com base em uma perspectiva lógica formal da informação, analisaremos uma possível inserção da tríade do Significado no conceito de Informação tal como proposta por Peirce, com foco nas ideias de Extensão e Profundidade.

CAPÍTULO IV - SIGNIFICADO E INFORMAÇÃO: ANÁLISE A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA LÓGICA FORMAL

Apresentação

É clara na filosofia de Peirce a preocupação que o pensador apresenta ao tratar do significado que os signos carregam. Compreender o significado de um signo é uma ação que demanda um elaborado processo de abstração. Tal processo possui seu início com as informações que chegam à mente através de um juízo perceptível que situa o indivíduo no estado de coisas no qual ele se encontra. Ao entrar em contato com um signo, a mente seleciona dentre todas as possibilidades de interpretação do signo a que mais convém e, a partir desta, visa uma conduta futura, ao menos possível.

A atribuição de um significado se trata de uma relação triádica entre percepção, informação e ação. Tal forma de compreender a natureza do significado levou Peirce a estabelecer, de maneira implícita, uma distinção bastante sutil entre os termos significado (*meaning*) e significação (*signification*), tal como vimos no capítulo anterior.

Tratar da significação é tratar das características mais gerais que o signo pode apresentar, qualidades que são as bases para sua interpretação. Tal conceituação pode ser encontrada ainda na ideia de profundidade com a qual Peirce estrutura sua teoria Lógica Formal da informação. A mesma ainda recebe outras terminologias, inclusive se equipara ao conceito de conotação encontrado na lógica clássica.

Juntamente ao conceito de profundidade, há ação do conceito de extensão, ou denotação. Tal ação é relacionada àquela que exerce o significado ao determinar um hábito. A palavra “pare” quando escrita em uma placa de trânsito, por exemplo, apresenta uma informação que direciona a conduta do motorista: parar o carro. Mas a placa não diz declaradamente “pare o carro”, apenas “pare”. A ação do hábito que representa em sua forma as possibilidades do estado de coisas, na dada situação, faz com que o motorista pare o carro e não pare de respirar, por exemplo. Como nos mostra Peirce⁷⁹ "o significado [*meaning*] tende a deslizar no sentido de ‘denotar’”, ou seja, significado diz respeito ao emprego de uma das possibilidades do uso de um signo diante do estado de coisas.

⁷⁹ CP, 2.434 (1901).

O presente capítulo tem como intuito abordar o conceito de significado com base em uma perspectiva Lógica Formal, restringindo tal conceito apenas como elemento linguístico. Para tanto, nos debruçaremos sobre a perspectiva Lógica Formal da informação a fim de elucidar a forma como o pensador compara o conceito de significação (*signification*) ao de profundidade (ou conotação), que ao lado do conceito de extensão (ou denotação), explica a emergência de informação e, em um outro nível, a emergência do significado.

Para tanto, apresentamos na primeira seção, a perspectiva Lógica Formal da Informação, tal como abordada por Peirce em seus *Collected Papers*. Diante dessa vertente, a informação é entendida como produto da relação entre extensão e profundidade. Na Segunda seção, analisaremos a natureza da significação enquanto elemento conotativo, uma vez que trata das qualidades aplicadas aos existentes. Estes, por sua vez, serão assunto para a terceira seção, na qual abordaremos o conceito de extensão, ou denotação, e sua relação com o Significado.

4.1 A perspectiva Lógica Formal da Informação

Peirce já havia demonstrado um grande interesse pelo conceito de informação pouco mais de meio século antes de Shannon & Weaver (1949) apresentarem sua teoria matemática da comunicação, a qual abre caminho, junto das ideias de Turing (1950) e Wiener (1948/1965, 1954), para a virada informacional na filosofia que ocorrera no século XX. Tal acontecimento traz para a filosofia uma nova preocupação voltada para a natureza da informação, que passa a ser analisada através de quatro perspectivas: a ontológica, a epistemológica, a metodológica e a ética.

Mesmo sem ser considerado um dos responsáveis pela virada informacional, Peirce apresenta significativa relevância ao tratar da natureza lógica da informação, explicando através de sua teoria como há a emergência de tal conceito.

Peirce inicia seus estudos sobre a natureza da informação através da quantidade de conceitos e proposições da linguagem, pois entende que é através destes que há a veiculação de informação. Tal abordagem caracterizou a chamada perspectiva lógica formal da informação na obra do pensador, que mais tarde se tornaria o alicerce para a perspectiva semiótica.

A perspectiva lógica formal caracteriza o conceito de informação, de acordo com Silveira & Rodrigues (2012) como produto, ou área, da extensão e da compreensão dos conceitos e dos termos presentes na proposição. Extensão e compreensão são frequentemente apresentados na obra de Peirce como denotação e conotação, ou ainda como esfera (*breadth*) e profundidade (*depth*). A variação de um termo para o outro não traz prejuízo para o seu entendimento.

Pertence à extensão do termo todos os elementos aos quais o predicado pode ser atribuído, como nos apresenta Peirce⁸⁰: “por extensão informada do termo entendo todas as coisas reais das quais ele é predicável”, em outras palavras, objetos reais e existentes, estes podem ser físicos ou abstratos. A extensão do termo “animal racional”, por exemplo, engloba todos os objetos reais no estado de coisas aos quais nos dirigimos ao utilizar tal termo.

À profundidade do termo, pertencem os elementos que podem ser predicáveis aos existentes, conforme nos mostra Peirce⁸¹ “por profundidade informada de um termo entendo todos os caracteres reais (em contraposição a meros nomes) que podem ser dele predicados em um suposto estado de informação”, em outras palavras, trata-se das propriedades ou qualidades atribuíveis aos objetos reais e existentes. Portanto, falar da profundidade do termo “animal racional” é falar das qualidades que incluem os existentes na classe dos animais racionais.

Assim, discorrem Silveira & Gonzalez (2014) sobre a informação proveniente da relação entre extensão e profundidade:

De acordo com Peirce, com cada aumento de informação haverá aumento da profundidade ou da extensão de um símbolo. Na falta de informação, não haverá extensão ou profundidade. O símbolo que não apresentar extensão ou profundidade (ou ambas) não trará informação, uma vez que o produto de ambas as quantidades do conceito ou do termo seria nulo.

A informação é, portanto, o produto emergente da relação entre a extensão e a profundidade das proposições da linguagem (SILVEIRA; RODRIGUES, 2012). Há informação quando as propriedades são aplicadas aos existentes e, a partir daí, se estabelece uma relação entre ambos. Quando as relações entre propriedades e existentes se modificam,

⁸⁰ CP, 2.407 (1867).

⁸¹ CP, 2.408 (1867).

através do aumento da profundidade e/ou da extensão, a informação se modifica, pois também aumenta sua quantidade.

O aumento de informação traz como resultado a novidade, devido a quebra de simetria que provoca. De acordo com Fernández (2014, p. 89) “[...] a física contemporânea relaciona a emergência de novas formas de regularidade e estruturas em geral à ação das quebras de simetrias”. O autor continua em nota de rodapé: “O aumento da novidade através de quebra de simetria é virtualmente coextensivo ao aumento de informação”.

O que defendemos neste capítulo é que o conceito de significado, analisado através de uma perspectiva lógica formal peirciana, apresenta os mesmos elementos conotativos e denotativos geradores de informação. Cabe agora averiguar tal afirmação.

4.2 Significação: elemento conotativo do significado

Em um texto chamado *Signification and Application*⁸², Peirce⁸³ atenta para o fato de que o uso da conotação foi um pouco deformado ao longo da tradição, frente a forma como tal conceito era entendido, sobretudo pelos pensadores medievais. A significação será apresentada no texto peirciano como as qualidades indicadas por um termo, enquanto que na proposição diz respeito a todas as suas diferentes aplicações. Assim aponta Peirce no decorrer do texto:

Grande confusão tem surgido na lógica por conta da falha entre os diferentes tipos de significação, ou conotação, de um termo: assim para a questão, são os nomes próprios conotativos? “respostas contraditórias são dadas por pensadores ordinariamente claros como sendo obviamente corretas”, pela razão de que eles não tem a mesma coisa em mente sobre o termo conotação.⁸⁴

Com o intuito de evitar as confusões geradas acerca da conotação, Peirce⁸⁵ distingue a significação em quatro tipos: significação indispensável (*indispensable signification*);

⁸² *Dictionary of Philosophy and Psychology*, v.2 p. 528-9.

⁸³ CP, 2.431 (1901).

⁸⁴ CP, 2.432 (1902).

⁸⁵ *Ibidem*

significação banal (*banal signification*); significação informacional (*informational signification*); e significação completa (*complete signification*).

A significação indispensável trata de todos os elementos que estão fixados na definição do termo, nas palavras de Peirce⁸⁶ "todos aqueles elementos do significado [*meaning*] na ausência de qualquer um dos quais o nome não seria aplicado", ou seja, as características mais específicas que proporcionam a aplicação de um termo. Consideremos como exemplo o termo *Smartphone*: para que um celular seja considerado um *Smartphone* de fato, é necessário que apresente propriedades tomadas como indispensáveis, quais sejam, ter acesso a internet, possuir um grande espaço para armazenamento, capacidade de reprodução musical, ser equipado com câmera fotográfica, entre outras. Sem as propriedades citadas, o termo *Smartphone* não pode ser utilizado para designar o objeto pretendido, portanto, tais características fundamentais podem ser consideradas parte da significação indispensável carregada pelo termo em questão.

A significação banal, segundo Peirce⁸⁷, "é o que vai sem dizer". Podemos entendê-la como a parte da significação que é conhecida por todos. Qualquer pessoa que pretenda comprar um *Smartphone* se preocupa com as características que chamamos indispensáveis, mas não questiona, por exemplo, sobre a capacidade do aparelho em fazer ligações ou enviar mensagens de texto. Tais funções são tomadas como banais, pois a presença destas já está implícita no produto. A significação banal, portanto, reúne as propriedades do termo que são basilares ao objeto ao ponto de mesmo sem apresentarem grande destaque, continuam presentes e atuantes.

A significação informacional é aquilo que torna o signo expressivo, a interpretação deste que julgamos fundamental. Por conta disso, esta varia de indivíduo para indivíduo. O *Smartphone* pode ser entendido como algo capaz de conectar pessoas, ou como uma enorme fonte de informação para um, enquanto para outro pode ser entendido como um ótimo dispositivo para jogos ou como um prático relógio. Há ainda quem o considere irritante e apenas uma forma de perturbação. Cada uma dessas características atribui um grau de importância ao objeto referido pelo termo de acordo com o hábito do indivíduo que o analisa.

⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ *Ibidem*.

E por fim, a significação completa, que como o nome já diz, reúne todos os predicados válidos aplicáveis a um termo. Assim, Peirce conclui:

Quando eu digo, “Aquele que eu vi ontem era John Peter,” a significação indispensável de John Peter é simplesmente um objeto individual da consciência (normalmente um homem, embora ele possa ser um cachorro, ou um boneco) o qual, por meio de um acordo, foi designado por aquele nome; mas a significação banal, para aquele que conhece John Peter bem, é muito extensa.⁸⁸

Peirce dá um salto significativo frente aos seus antecessores quando estabelece as diferentes formas de significação, ou conotação. Estas não são elementos exclusivos dos termos, mas também estão presentes, como o pensador percebeu mais tarde, nas proposições e enunciados (PEIRCE, 2012).

Quanto à significação de uma proposição, Peirce afirma:

As mesmas características aplicam-se tanto para as proposições quanto para os termos: Assim a significação completa (ou implicação) de *Todo x é y* são todas suas consequências válidas, e sua aplicação completa (ou alcance) são todas essas descrições de circunstâncias sob as quais ela é válida - ou seja, todos os seus antecedentes suficientes.⁸⁹

Enquanto a significação de um termo diz respeito a todas as propriedades atribuíveis a este, pertence à significação de uma proposição todas as consequências válidas às quais tal proposição está sujeita, enquanto que o estado de coisas descrito pela proposição é considerado sua aplicação, cuja função é denotar.

Ainda neste mesmo raciocínio, diz Peirce (2012, p. 136): “A profundidade de uma proposição é o total do fato que ela afirma do estado de coisas a que se aplica”. Considerando o argumento, continua: “a profundidade de um argumento é a importância das conclusões que ele esboça”.

4.3 Significado e extensão

O conceito de significado (*meaning*) apresenta grande importância nos escritos de Peirce, tal como apresentamos no capítulo anterior. Do ponto de vista da conduta, o

⁸⁸ CP, 2.432 (1901).

⁸⁹ CP, 2.433 (1901).

Significado diz respeito ao hábito desperto na mente dada a interação com signos e possibilita a ação, com base nas predições que realiza.

Analisado à luz de uma perspectiva lógica formal, o Significado "tende a deslizar no sentido de ‘denotar’"⁹⁰. Tal forma de compreender a ação do significado diz respeito ao emprego de uma das possibilidades do uso de um signo diante do estado de coisas. Peirce⁹¹ ainda afirma que o significado, enquanto algo que está para alguma coisa, diz respeito a extensão denotada, enquanto que aquilo que ele significa (*signifies*) é sua profundidade conotada.

A relação de denotação está diretamente ligada à forma do hábito, desse modo os Símbolos, segundo Peirce⁹², “denotam os objetos que denotam em virtude apenas de existir um hábito que associa a significação deles com esses objetos”. O hábito, que no signo é representado pelo significado, é o elemento que permite conotar, com base na significação, os existentes aos quais os símbolos se referem.

Ao tratar da natureza dos Símbolos, Peirce⁹³ atribui ao Significado uma relação com o Objeto Imediato do Signo⁹⁴. Usa, para tanto, o exemplo de um homem que, ao caminhar com uma criança, aponta para o ar e diz “Lá está um balão”. O próprio braço que aponta é parte do símbolo e indica um referencial, que se trata do objeto em questão. No mesmo exemplo, o homem explica para a criança que o balão se trata de “algo como uma grande bolha de sabão”, tornando a imagem uma parte do símbolo. Deste modo, Peirce⁹⁵ afirma: “Embora o objeto completo de um símbolo, quer dizer, seu significado, seja da natureza de uma lei, ele deve denotar um individual e deve significar [*signify*] um caráter”.

No que diz respeito ao Significado em proposições, enquanto extensão, Peirce (2012, p. 136) afirma ser “o agregado de possíveis estados de coisas nos quais ela é verdadeira”. A

⁹⁰ CP, 2.434 (1901).

⁹¹ CP. 8.119 (1902).

⁹² CP 4.544 (1905).

⁹³ CP, 2.293 (1903).

⁹⁴ Tal definição de Significado enquanto Objeto Imediato também pode ser visto em CP, 2.308 em referência a Aristóteles.

⁹⁵ CP, 2.293 (1903).

extensão de um argumento, continua o texto, é “o agregado de casos possíveis aos quais se aplica”.

Em suma, termos, proposições e argumentos apresentam elementos denotativos e conotativos que fundamentam sua aplicação em um sistema lógico formal. Peirce, utilizando dos termos Extensão e Profundidade, demonstra que tais conceitos são responsáveis pela emergência de Informação e, como podemos notar, também de Significado, uma vez que esse denota um existente e conota, ou significa (*signifies*) características.

Compreender os predicados característicos dos signos como parte do processo de emergência do significado é uma contribuição valiosíssima que herdamos de Peirce. Considerar o Significado enquanto algo emergente, significa compreendê-lo segundo a caracterização feita por Morin & Le Moigne (2000, p. 209) do conceito de emergência, qual seja, “(...) uma qualidade ou propriedade nova produzida ou gerada a partir da organização de um todo, em relação às qualidades e propriedades das partes isoladas deste todo”.

As mesmas propriedades conotativas que garantem a emergência da informação, são as que garantem a emergência do significado. Portanto, cabe à Significação do signo, ou conjunto de todas as suas qualidades, a inserção deste em determinada classe de existentes.

Os existentes, aos quais as propriedades são aplicadas, são os objetos, não necessariamente concretos, denotados pelo signo. Tais existentes, cujo significado está para (*stands for*), isto é, representa, enquanto Objeto Imediato, influenciam na ação com base no Interpretante que produzem. O signo, ao denotar um existente levando em conta as propriedades que conota, determina a conduta por dizer algo acerca do estado de coisas.

Da comparação entre significação, conjunto de propriedades das quais emerge o significado, e profundidade, conjunto de propriedades das quais emerge a informação, surge uma questão: Se o processo que fornece informação é, basicamente, o mesmo que fornece significado, como podemos afirmar que tais conceitos não dizem respeito ao mesmo fenômeno?

Essa Questão, embora de fundamental importância, será objeto de estudo para um futuro trabalho. Desde já, adiantamos que possíveis caminhos para respondê-la podem ser encontrados em Dretske (1981, 2000) na noção de Significado enquanto direcionado por uma crença e associado, segundo Gonzalez (2007), a uma rede sistêmica de relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É admirável o quanto o texto de Charles S. Peirce é capaz de nos instigar. A forma minuciosa com a qual o pensador redige seus escritos envolve o leitor e o faz acompanhar o raciocínio quase como numa conversa. Porém, complexidade é uma palavra que define muito bem toda a arquitetura filosófica que o pensador americano foi capaz de construir. Desde o primeiro contato com seu texto, o leitor já reconhece o elevado grau de entendimento exigido e a facilidade do filósofo em expor problemas e diagnosticá-los de maneira singular.

Tal grau de complexidade nos escritos de Peirce não é para menos. O autor trata de temas de fundamental importância dos quais muitos começam a ser trabalhados apenas recentemente. Temos como exemplo as questões acerca do conceito de informação que, muito antes de serem trazidas à tona na metade do século XX, já se encontravam no texto peirciano, assim como o pensamento complexo, a menina dos olhos da ciência atual, já estava implícita em sua obra como nos mostra Nubiola (2015). Talvez este seja um dos motivos da negligência do pensamento peirciano por parte da tradição. Decididamente, um filósofo à frente de seu tempo.

Neste trabalho, nos debruçamos sobre o pensamento de Peirce com intuito de compreender o conceito de Significado que é, ao nosso ver, o elemento mais importante na manutenção da vida. Ter escolhido Peirce para compreender melhor a natureza de tal conceito foi uma decisão muito satisfatória da qual pudemos colher enormes frutos.

Nossa pesquisa procurou apresentar as características mais fundamentais da semiótica peirciana, assim como de seu Pragmatismo, no intuito de mostrar como o conceito de significado está totalmente imerso no universo teórico elaborado por Peirce e a forma como essa imersão possibilita uma clara e detalhada noção do que o autor compreende por significado e sua relação com a conduta.

Começamos apresentando as categorias que Peirce utilizou para a construção de seu pensamento. Primeiridade, Secundidade e Terceiridade são os conceitos que dão grandeza a todos os aspectos da realidade, permitindo-nos percebê-los, não como um aglomerado de fatos dispersos e sem conexão entre si, mas como um todo organizado e estruturado cuja modificação e inovação, além de serem necessárias, são incentivadas.

No segundo capítulo, apresentamos o conceito de signo e a relação triádica que o mantém: o signo, ou representamen, seu objeto e o interpretante que resulta. Cada parte da

tricotomia apresenta uma relação com as categorias propostas por Peirce e são por elas garantidas.

Da relação do signo com a conduta, exploramos o desdobrar do Objeto em Imediato e Dinâmico, sendo o primeiro aquilo que é representado pelo signo da forma como este se apresenta, enquanto o segundo, aquilo que o signo representa levando em conta a experiência de seu intérprete. Abordamos ainda a divisão dos Interpretantes em Imediato, Dinâmico e Final, na qual, os dois primeiros podem ser caracterizados tais como aquelas encontradas nas variações do Objeto, enquanto o Interpretante Final tende a definir um hábito que produza uma completa interação com o signo.

Analisamos ainda o parágrafo 1.339 dos *Collected Papers* no qual Peirce parece apresentar o significado (*meaning*) como um quarto correlato do signo. Por mais que o pensador não tenha mantido tal definição de signo, vale a pena especulá-la e traçar algumas considerações sobre sua arquitetura afim de compreender o papel dado inicialmente ao significado. Neste diagrama, além do Signo (cujo termo Representamen ainda não havia sido proposto), seu Objeto e o Interpretante, há a inserção do Significado entendido como aquilo que o signo veicula.

O terceiro capítulo reservamos para o assunto mais fundamental de nossa pesquisa: a proposta de interpretarmos o conceito de significado através de uma relação triádica, capaz de envolver em sua formação elementos de Primeiridade, Secundidade e Terceiridade, respeitando, dessa forma, as categorias propostas por Peirce.

Para tanto, propomos compreender: a Significação (*signification*) como o elemento de potencialidade, por ser aquela que traz para a interpretação de um signo, através das qualidades que representa, todas as possibilidades razoáveis para sua compreensão; o Significado (*meaning*) possui como característica a generalidade e deve ser entendido como o hábito desperto na mente a partir da percepção de um signo, ou seja, o hábito no qual inserimos o signo para interpretá-lo; e finalmente o Sentido (*sense*) como o vetor de interpretação do signo responsável pela razoabilidade em relacionar, diante do estado de coisas, os hábitos do intérprete às qualidades do signo afim de interpretá-lo de maneira satisfatória.

Ainda nesse capítulo, defendemos a hipótese de que o processo abduutivo, tomado por Peirce como o raciocínio que permite propor hipóteses diante de fatos anômalos capazes de desestabilizar a estrutura dos hábitos, tem seu início na ausência de Sentido diante da

interpretação do signo. Isto é, a Abdução se inicia quando a relação traçada entre as qualidades do signo e os hábitos do intérprete não apresenta harmonia com o estado de coisas, forçando aquele intérprete a procurar por uma nova maneira de relacionar as qualidades aos hábitos.

Por fim, no quarto capítulo, procuramos interpretar a tríade do significado diante de uma abordagem exclusivamente linguística. Para tanto, trouxemos a tona a vertente lógica formal da informação, defendida por Peirce, afim de relacionar o aspecto conotativo dos termos e proposições ao conceito de Significação (*signification*) que mantém o mesmo propósito, assim como aplicar ao Significado (*meaning*) o aspecto denotativo dos termos.

Dos resultados que levantamos em nossa pesquisa, ainda é possível encontrar outras questões que permeiam este tema tão complexo que é a natureza do significado na obra de Peirce. Em um futuro trabalho, pretendemos considerar, tal como enunciamos ao longo dessas páginas: como diferenciar a natureza do significado com a da informação? À luz de uma perspectiva semiótica da informação, qual o papel do significado? há alguma relação com a noção de significado levantada no parágrafo 1.339 com a ideia de informação que Peirce construiria mais tarde? Como a natureza triádica do significado se relaciona com a ideia de *continuum* e a defesa de Peirce do Realismo?

Levantar tais questões apenas nos instiga a adentrar cada vez mais no universo peirciano e de outros pensadores que nos auxiliam nesta empreitada. Afinal, olhamos para a filosofia como uma atividade que, por baixo do seu véu da seriedade, nos faz rir, devido a forma singular como nos apresenta ao mundo, empunhando como objetivo propiciar um melhor viver a vida, e a este respeito, Peirce nos auxilia com muita competência.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Sobre a alma**. Trad. Ana Maria Lóio. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2010.

CHIASSON, P. (2001). **Peirce and the Continuum of Means and Ends**. In M. Bergman & J. Queiroz (Eds.), *The Commens Encyclopedia: The Digital Encyclopedia of Peirce Studies. New Edition*. Pub. 121229-1303a. Retrieved from <http://www.commens.org/encyclopedia/article/chiasson-phyllis-peirce-and-continuum-means-and-ends>. Acesso em 14 de julho, 2015.

COLAPIETRO, V. M. **Peirce e a abordagem do self**: uma perspectiva semiótica sobre a subjetividade humana. Trad. Newton Milanez. São Paulo: Intermeios, 2014.

DEBROCK, G. **La información y el regalo de Peirce al mundo**. *Anuario Filosófico* 29, 1996.

DRETSKE, F. I. **Knowledge and the flow of the information**. Oxford: Blackwell Publisher, 1981.

_____. **Perception, Knowledge and Belief**: selected essays. Cambridge University Press, 2000.

FERNÁNDEZ, E. Q. Peircean Habits, Broken Symmetries, and Biosemiotics. In: **Peirce and Biosemiotics**: a guess at the riddle of life. London: Springer, p. 79-94, 2014.

FREADMAN, A. (2001). **The Classifications of Signs (I)**: 1867 - 1885. In M. Bergman & J. Queiroz (Eds.), *The Commens Encyclopedia: The Digital Encyclopedia of Peirce Studies. New Edition*. Pub. 150410-2136a. Retrieved from <http://www.commens.org/encyclopedia/article/freadman-anne-classifications-signs-i-1867-1885>. Acesso 23 de setembro, 2015.

_____. (2001). **The Classifications of Signs (II)**: 1903. In M. Bergman & J. Queiroz (Eds.), *The Commens Encyclopedia: The Digital Encyclopedia of Peirce Studies. New Edition*. Pub. 130116-1710a. Retrieved from <http://www.commens.org/encyclopedia/article/freadman-anne-classifications-signs-ii-1903>. Acesso 25 de setembro, 2015.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: **Lógica e filosofia da linguagem**. Trad. Paulo Alcoforado. 2. ed. São Paulo: Edusp, pp. 129-158, 2009.

_____. Os fundamentos da aritmética: uma investigação lógico- matemática sobre o conceito de número. In **Peirce e Frege**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores)

GONZALEZ, M. E. Q. Information and mechanical models of intelligence: what we can learn from cognitive science? In: **Cognitive Technologies and the Pragmatics of Cognition**. John Benjamin Publishing Company: Amsterdam/Philadelphia, 2007. p. 109-125.

_____; HASELAGER, W. F. G. Raciocínio abdução, criatividade e auto-organização. in. **Cognitio**. n. 3. São Paulo, 2002. p. 22-3.

IBRI, I. A. **Kósmos Noetós: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce**. São Paulo: Paulus, 2015.

_____. Pragmatismo e técnica. in **Hypnos**. Ano 3. n. 4. 1998. p. 149-155.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Ed. Petrópolis, 2000.

NUBIOLA, J. (2000). **Complexity According to Peirce**. In M. Bergman & J. Queiroz (Eds.), *The Commens Encyclopedia: The Digital Encyclopedia of Peirce Studies. New Edition*. Pub. 121226-1410a. Retrieved from <http://www.commens.org/encyclopedia/article/nubiola-jaim-complexity-according-peirce>. acesso em 12 de janeiro, 2015.

PEIRCE, CHARLES S. **Collected Papers of Charles S. Peirce**. 8 vols. Ed. by Hartshorne, Charles, Paul Weiss and Arthur Burks. Cambridge, MA. Harvard University Press. 1931-35 e 1958.

_____. **Semiótica**. 4 Ed. Trad. João Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2012.

ROSENTHAL, S. (2001). **Firstness and the Collapse of Universals**. In M. Bergman & J. Queiroz (Eds.), *The Commens Encyclopedia: The Digital Encyclopedia of Peirce Studies. New Edition*. Pub. 140105-2032a. Retrieved from <http://www.commens.org/encyclopedia/article/rosenthal-sandra-firstness-and-collapse-universals-0>. Acesso em 20 de setembro, 2015.

_____. (2004). **Proofs of realism and experiential flow**. In M. Bergman & J. Queiroz (Eds.), *The Commens Encyclopedia: The Digital Encyclopedia of Peirce Studies. New Edition*. Pub. 150325-0040a. 2015. Retrieved from <http://www.commens.org/encyclopedia/article/rosenthal-sandra-proofs-realism-and-experiential-flow>. Acesso 05 de novembro, 2015.

RUSSELL, B. **Da denotação**. Trad. Pablo Rubén Mariconda. In Russell: Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **Introdução à filosofia matemática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007

SANTAELLA, L. As três categorias peircianas e os três registros lacanianos. in **Psicologia USP**. vol 10. n 2. USP: São Paulo, 1999.

SHANNON, C.; WEAVER, W. **A mathematical theory of communication**. Urbana: University of Illinois Press, 1998. (primeira edição: 1949).

SILVEIRA, L. F. B. **Acaso, Existência e Lei num universo em evolução**. Cognitio. Revista de filosofia. Ano 1. N 1. 2 sem. São Paulo, 2000.

_____. **Curso de semiótica geral**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

_____. **Continuity and Discontinuity in Boundary Issues**. Cognitio . Revista de filosofia. V. 10. N. 1. São Paulo, 2009.

_____. **Incursões semióticas**. Coleção CLE, v. 65, 2014.

_____.; GONZALEZ, M. E. Q. Instinct and Abduction in the Peircean Informational Perspective: Contributions to Biosemiotics. In: **Peirce and Biosemiotics: a guess at the riddle of life**. London: Springer, p. 151-169, 2014.

_____.; RODRIGUES, M. V. O conceito de informação na filosofia de Peirce. in. GONZALEZ, M.E.Q; MORAES, J.A.; KERR, D.M. **Informação e Ação: Estudos Interdisciplinares**. São Paulo: Cultura Acadêmica/UNESP, 2012.

TURING, A. M. Computing machinery and intelligence. In: **Mind**, 59, 433-460, 1950.

WIENER, N. **Cybernetics**. 2 Ed. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

_____. **The human use of human beings: cybernetics and society**. London: Sphere Books LTD, 1968.

_____. **God and golem**. Cambridge, MA: MIT Press, 1964.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2010.

_____. **Investigações filosóficas**. Trad. Marcos G. Montagnoli. 7ª ed. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2012.